



WANDA MARIA CAMPÊLLO DOS SANTOS

**ABORDAGENS SOBRE O ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA
INGLESA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DE TESES E
DISSERTAÇÕES**

Canoas/RS, 2025

WANDA MARIA CAMPÊLLO DOS SANTOS

**ABORDAGENS SOBRE O ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA
INGLESA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DE TESES E
DISSERTAÇÕES**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Clóvis Trezzi

Canoas/RS, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237a Santos, Wanda Maria Campêllo dos.
Abordagens sobre o ensino e aprendizagem da língua inglesa
no ensino médio [manuscrito] : uma análise de teses e
dissertações / Wanda Maria Campêllo dos Santos. – 2025.
77 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle,
Canoas, 2025.

“Orientação: Prof. Dr. Clóvis Trezzi”.

1. Língua inglesa. 2. Aprendizagem. 3. Pesquisa – Pós-
graduação. 4. Ensino médio. I. Trezzi, Clóvis. II. Título.

CDU: 371.13

WANDA MARIA CAMPÊLLO DOS SANTOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – Minter Manaus

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cristina Becker Lopes Perna
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Hildegard Susana Jung
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof^a. Dr^a. Lúcia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Clóvis Trezzi
Orientador e presidente da banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Educação
Curso: Mestrado em Educação

Canoas, 07 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha família, especialmente aos meus filhos: Neto e Ruy, que sempre me apoiaram, desde a ideia de iniciar o Mestrado.

A meu esposo, pelo amor, suporte, paciência e dedicação em todas as vezes que precisei ao longo deste processo.

Ao meu prezado e compreensivo orientador, Professor Doutor Clóvis, que me orientou não somente com instruções dirigidas ao Mestrado, mas foi um professor-amigo que me ajudou na realização desse sonho.

Aos colegas do Mestrado, pelas amizades que fiz e não esquecerei.

A todos os professores e equipe de apoio da Universidade LaSalle, foram essenciais até essa caminhada.

Só a educação liberta”

Epicteto

RESUMO

A presente dissertação se insere na Linha de Pesquisa 1 – Formação de Professores, Teorias e Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. Esse trabalho tem como objetivo investigar as abordagens teóricas relativas ao ensino e à aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio apresentadas por autores de dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação situados no Brasil na perspectiva da identificação de desafios e possíveis caminhos para o ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio, por meio dos descritores Língua Inglesa Ensino Médio; Ensino de Língua Inglesa; Aprendizagem de Língua Inglesa. Foram selecionadas pesquisas defendidas a partir de 2019 até 2023. É uma pesquisa teórica, qualitativa, do tipo bibliográfica, inserida na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Teorias e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle. O *corpus* investigativo está composto de seis dissertações e dois artigos a respeito da temática. Para a análise, foi aplicada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2008), que inclui as etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. Ao examinar essas pesquisas, foram identificadas diversas perspectivas e desafios inerentes ao ensino do inglês referente a este nível educacional. Assim, os resultados obtidos revelam a significativa importância do estudo do idioma inglês para os alunos do ensino médio, além de fornecer habilidades linguísticas essenciais, visto que a aprendizagem da Língua Inglesa auxilia os estudantes a enfrentarem os desafios presentes em uma sociedade cada vez mais globalizada. Destaca-se também o papel fundamental do ensino de inglês no desenvolvimento de competências comunicativas, cognitivas e sociais dos alunos. A proficiência no idioma não apenas amplia suas capacidades de expressão e compreensão, mas também promove uma maior consciência intercultural e habilidades de colaboração e trabalho em equipe. Portanto, este estudo reforça a necessidade de uma abordagem pedagógica sólida e contextualizada para o ensino do inglês no ensino médio. Investimentos em recursos educacionais adequados, formação de professores qualificados e práticas de ensino inovadoras são essenciais para garantir que os alunos possam maximizar os benefícios do aprendizado do inglês e se preparar de forma eficaz para os desafios e oportunidades que encontrarão na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Língua Inglesa, Ensino, Aprendizagem, Ensino Médio.

ABSTRACT

This master's dissertation is part of Research Line 1 - Teacher Training, Theories and Educational Practices, of the Graduate Program in Education at La Salle University. This work aims to investigate the theoretical approaches related to the teaching and learning of the English language in high school presented by the authors of dissertations and theses defended in Graduate Programs located in Brazil in the perspective of identifying challenges and possible paths for the teaching and learning of the English language in high school, through the descriptors English Language High School; English Language Teaching; English Language Learning. Research defended from 2019 to 2023 was selected. It is a theoretical, qualitative, bibliographic research, inserted in the Research Line Teacher Training, Theories and Educational Practices of the Graduate Program in Education at La Salle University. The investigative corpus is composed of six dissertations and two articles on the theme. For the analysis, Bardin's Content Analysis technique (2008) was applied, which includes the following steps: pre-analysis, exploration of the material and processing of results. Thus, the results obtained reveal the significant importance of studying the English language for high school students, in addition to providing essential linguistic skills, as learning the English language helps students face the challenges present in an increasingly globalized society. The fundamental role of teaching English in developing students' communicative, cognitive and social skills is also highlighted. Language proficiency not only expands your expression and understanding capabilities, but also promotes greater intercultural awareness and collaboration and teamwork skills. Therefore, this study reinforces the need for a solid and contextualized pedagogical approach to teaching English in secondary education. Investments in adequate educational resources, qualified teacher training and innovative teaching practices are essential to ensure that students can maximize the benefits of learning English and prepare effectively for the challenges and opportunities they will encounter in contemporary society.

Keywords: English Language, Teaching-Learning, High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Análise de conteúdo de Bardin.....	48
Figura 2 – Círculos de Inglês	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Componentes da área de linguagens.....	31
Quadro 02 – Reforma do Ensino Médio.....	34
Quadro 03 – Constituição do <i>corpus</i> investigativo	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular Superior
BDTDB	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ILE	Língua Estrangeira
ILI	Inglês como Língua Internacional
ILG	Inglês como Língua Global
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
WE	World English

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2.RELEVÂNCIA, PROBLEMAS E OBJETIVOS	15
2.1 Relevância pessoal - profissional.....	15
2.2 Relevância acadêmico - científica.....	16
2.3 Relevância social.....	17
2.4 Problemas e objetivo de estudo.....	18
3. O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19
3.1 O Ensino Médio nos dispositivos legais	20
3.2 O Ensino da Língua Inglesa.....	34
3.3 A aprendizagem da Língua Inglesa.....	38
3.3.1 A aprendizagem de David Ausubel.....	41
4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	43
4.1 Caracterização do estudo.....	43
4.2 Constituição do <i>corpus</i> investigativo.....	45
4.3 Análise de dados.....	47
5. CATEGORIAS SELECIONADAS	50
5.1 A importância do inglês como língua franca.....	50
5.2 O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.....	53
5.3 Aspectos culturais e interculturais da língua inglesa.....	58
5.4 Ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio.....	61
5.5 O ensino da língua inglesa e suas políticas públicas.....	64
5.6 Os desafios do ensino e aprendizagem da língua inglesa.....	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Para tentar compreender de forma abrangente as perspectivas e desafios inerentes ao ensino da língua inglesa como língua estrangeira no contexto do Ensino Médio, esta pesquisa se propõe a realização de uma análise do estado atual de conhecimento por meio de uma revisão bibliográfica de pesquisas relacionadas ao tema. Dividido em três partes distintas, o presente trabalho inicia com uma introdução que contextualiza a relevância e a necessidade de investigação nessa área específica. Em seguida, a descrição detalhada da metodologia empregada e sua importância na condução da pesquisa são apresentadas. Por fim, a terceira parte do estudo se concentra na análise do Ensino Médio dentro do panorama mais amplo da educação básica, explorando as interseções entre o ensino de língua inglesa e os objetivos educacionais mais amplos.

Este trabalho representa o resultado de um esforço de pesquisa bibliográfica que visa explorar e analisar o processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa no Ensino Médio. A abordagem metodológica adotada baseia-se em uma revisão aprofundada da produção acadêmico-científica existente sobre o tema, buscando identificar lacunas de conhecimento e tendências emergentes na área.

A análise empreendida neste estudo não se limita apenas à apresentação de dados brutos, mas também busca fornecer uma compreensão aprofundada das complexidades e nuances envolvidas no ensino de inglês no Ensino Médio. Considerando a importância crucial do domínio do inglês como ferramenta para a comunicação global e o acesso a oportunidades educacionais e profissionais, o estudo procura destacar as implicações práticas e as possíveis áreas de melhoria no ensino dessa língua em contexto escolar.

Durante a condução da pesquisa, seis dissertações e dois artigos foram selecionados para análise detalhada, com o objetivo de incorporar perspectivas e insights diversos sobre o tema. Essas fontes foram escolhidas com base em sua relevância e atualidade, com relação ao período atualizado das produções, que foram selecionadas entre 2019 e 2023, para representar diferentes abordagens e contextos educacionais.

A busca por referencial bibliográfico foi conduzida de forma sistemática e abrangente, utilizando ferramentas como a Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações para identificar estudos relevantes publicados em diferentes universidades brasileiras. A inclusão de uma variedade de fontes e perspectivas enriquece a análise realizada neste trabalho, permitindo

uma compreensão mais holística e informada do tema em questão.

Em suma, este estudo busca fazer uma reflexão sobre as abordagens teóricas relativas ao ensino e à aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio, apresentadas pelos autores de dissertações e teses defendidas em Programa de Pós-Graduação situados no Brasil, contribuindo dessa maneira para o avanço do conhecimento no campo do ensino de língua inglesa no Ensino Médio, fornecendo *insights* valiosos e recomendações práticas para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais. Ao abordar as perspectivas e desafios atuais enfrentados no ensino do inglês nesse contexto específico, espera-se a promoção de uma reflexão crítica e informada sobre as práticas educacionais existentes e a identificação de oportunidades para aprimoramento e inovação no futuro.

Este trabalho tem como foco o ensino e a aprendizagem da língua inglesa durante o ensino médio. O texto que apresenta esta pesquisa está dividido em três partes: a primeira parte corresponde ao ato introdutório, que desenvolve alguns conceitos que norteiam a pesquisa; a segunda parte descreve a metodologia abordada durante esta pesquisa e reúne a formulação dos problemas e objetivos do estudo; a terceira parte diz respeito ao contexto do ensino médio na educação básica, desenvolvendo uma análise do ensino e aprendizagem da língua inglesa no Ensino Médio. Finalizamos este trabalho com as referências bibliográficas, que serviram de orientação e suporte teórico e científico, para contribuir com as teorias existentes para a pesquisa mencionada.

2 RELEVÂNCIA, PROBLEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

Neste capítulo será abordada a relevância da pesquisa nos âmbitos pessoal, acadêmico e social. Também serão apresentados os problemas de pesquisa, bem como detalhados os objetivos. O estudo da língua inglesa é um processo de aprendizagem que me fascina, e durante a experiência em sala de aula como educadora consegui observar e identificar algumas considerações, que trouxeram questionamentos a respeito da importância do estudo da língua estrangeira. Ao refletir sobre a minha vida escolar, exemplifico no tópico 2.1 as relevâncias que me conduziram para a escolha da vida acadêmica voltada para a educação e ao ensino da língua inglesa. Durante o tópico 2.2, é apresentada a necessidade de aquisição de um segundo idioma nos dias atuais, considerando o inglês como um dos idiomas mais usados para a comunicação nos principais países globalizados. Para tais argumentos, estão sendo considerados e indicados alguns artigos e dissertações como base de estudo científico, além de autores-pesquisadores, voltados para conteúdos que abordam o processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa. O tópico seguinte compreende as funções que o idioma em questão pode trazer, ao ajudar o aluno na socialização no ambiente escolar, transformando e construindo novos aspectos individuais para uma melhor conduta na vida em sociedade. O último tópico são os questionamentos encontrados como problemas que trouxeram o desenvolvimento inicial da pesquisa deste trabalho, assim como os objetivos a serem considerados e analisados na busca por uma compreensão significativa do processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio.

2.1 Relevância pessoal-profissional

Iniciei¹ a carreira de professora, com licenciatura plena em língua Inglesa e língua portuguesa, no ano de 2004, período em que fui aprovada nos concursos estaduais e municipais na minha cidade de Manaus, estado do Amazonas. Sempre gostei de estudar línguas estrangeiras. Antes de buscar a licenciatura, realizei o curso de Inglês pelo ICBEU (Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos), também localizado em Manaus, estudando dos 12 anos de idade até os 17 anos. Quando me formei na instituição, passei a dar aulas particulares de inglês. A experiência de lecionar de modo informal despertou em mim a vontade e o prazer de lecionar em sala de aula. Dessa forma, procurei uma universidade que oferecesse as duas licenciaturas. A universidade que proporcionava o estudo foi a UNIP - Universidade Paulista, esta apresentava

¹ Esta sessão está escrita na primeira pessoa por se tratar de uma narrativa sobre a vivência profissional da pesquisadora.

uma grade curricular com as duas propostas de licenciatura: Língua Portuguesa e Língua Inglesa, diferentes da demais faculdades aqui da cidade, que só permitiam uma única licenciatura. Foram quatro anos de estudo dentro da universidade até me formar, tive que colar grau com antecedência, pois havia passada nos concursos públicos ainda no período em que me encontrava ainda em formação na faculdade.

Não consegui exercer a função de professora por muito tempo nas escolas municipais, devido às dificuldades em encontrar uma escola perto do bairro em que morava, optando somente pelas escolas estaduais. Trabalhei durante três anos em uma escola particular em Manaus, onde conheci as duas realidades dos alunos e obtive experiências próprias dentro da docência. Conheço bem essas realidades de ensino e aprendizagem, oferecidos por uma rede de ensino particular e a que o governo oferece como educação.

Posso afirmar, que minha metodologia e didática são as mesmas, nunca fiz diferença com relação ao modo de lecionar e tratamento aos meus alunos. Mas confesso, que me sinto cansada diante do que o governo me permite oferecer aos meus alunos, é frustrante saber que eles não possuem acesso à internet e outras tecnologias, o que dificulta e muito o aprendizado, principalmente de uma língua estrangeira, que exige o uso da tecnologia para buscar uma compreensão satisfatória. Sei que a docência é um caminho para aqueles que querem e sabem caminhar, mas é difícil caminhar com tantas pedras pelo caminho, pedras com tamanhos diferenciados, algumas não consigo retirá-las do caminho, tendo que contornar a mesma, para poder prosseguir sem parar pelo caminho.

Atualmente trabalho nos três turnos, lecionando inglês, na mesma escola estadual Senador Manoel Severiano Nunes, em Manaus-AM. Me sinto todos os dias desafiada a buscar incentivos para que meus alunos possam além de aprender, compreender a importância de estudar um segundo idioma, principalmente a língua inglesa, considerada o principal idioma de comunicação mundial. Gosto do que faço, mesmo sabendo que não existe o retorno financeiro que corresponda ao que um professor merece, fico feliz quando percebo que alcancei alguns objetivos com meus alunos de fazerem pelo menos com que gostem de estudar inglês.

Percebi que o aprendizado e ensino da língua inglesa sofre alguns tabus e preconceitos com relação aos alunos, que consideram que o aprendizado de uma língua estrangeira se concretiza somente em cursos de idioma e que não há resultados significativos desse ensino e aprendizagem na escola durante o ensino médio. Diante de tais fatos expostos por alguns alunos em sala de aula, iniciei a pesquisa relacionada ao ensino da língua inglesa no ensino médio. Busquei interpretar as falas mencionadas dos alunos através da análise de 11 trabalhos acadêmicos- científicos, que foram pesquisados a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses

e Dissertações, para serem analisados dentro deste trabalho. Ressaltando o desejo de que as escolas possam oferecer condições mais favoráveis e professores qualificados para o ensino de uma língua estrangeira, fazendo com que os alunos encontrem motivação para essa aprendizagem na escola durante o ensino médio.

2.2 Relevância acadêmico-científica

A globalização e o desenvolvimento tecnológico ocasionaram mudanças para a realidade de vida dos jovens. A escola precisou ficar atenta para chamar a atenção dos estudantes e despertar o interesse deles pelo estudo da Língua Inglesa. Mediante essa perspectiva existente no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio, foi realizada uma busca deste conhecimento através de pesquisas no assunto.

Para essa pesquisa, foram feitas algumas procuras em plataformas acadêmicas, conforme descrito mais adiante. Percebeu-se, porém, que o tema de ensino da língua inglesa no ensino médio ainda não foi muito trabalhado, deixando a desejar a pesquisa, tendo como opção buscar o tema da pesquisa em uma revisão de dissertações e teses que mencionaram e incluíram o tema em abordagens diversas. Para explicar os dados coletados que mostram a relevância acadêmica-científica a partir da sessão 2.3, foi realizada uma análise documental intensa e profunda, que buscou uma investigação bibliográfica referente às informações que visam o ensino e a aprendizagem do Inglês no Ensino Médio. O estudo apresenta informações e dados coletados de trabalhos científicos: artigos e teses; leis e normas direcionadas especificamente à educação, que desenvolvem um conhecimento teórico e evidências significativas para esta pesquisa.

2.3 Relevância social

O ensino da Língua Inglesa contribui para a formação do indivíduo, não somente no aspecto linguístico do idioma, mas compreende a sua formação de cidadania, contribuindo para a valorização social a ser desenvolvida. O valor educacional da aprendizagem de uma língua estrangeira vai além de promover a capacitação do aluno a utilizar uma língua específica para fins comunicativos.

De acordo com Ferreira (p. 168, 2024), a contribuição da aprendizagem de um idioma é de fundamental importância para as novas relações que podem ser desenvolvidas no mundo do trabalho e dentro da própria sociedade em que se vive. O ensino e aprendizagem de língua inglesa é capaz de causar reflexões e sugerir observações com relação às contribuições que o

contato com uma nova língua traz para a vida de cada um.

Para Ferreira (p.165, 2024), o ensino da língua inglesa não pode ser visto como um empecilho, mas como uma oportunidade de crescimento intelectual, pelo conhecimento da cultura de um país falante da língua inglesa. E o aprendizado de um novo idioma dará aos indivíduos mais autonomia e acabará fortalecendo o vínculo com a aquisição de novos saberes.

Assim, o ensino da Língua Inglesa promove a compreensão e reflexão sobre o lugar que o aluno ocupa na sociedade, se está incluído ou excluído do processo social e cultural em que vivencia. O ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio são uma forma de criar oportunidades para o aluno desenvolver sua cidadania.

2.4 Problema e objetivos do estudo

A pesquisa bibliográfica tem como problema de investigação: Quais são as abordagens teóricas sobre o ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio, ofertado na modalidade regular, difundidas pelos autores de dissertações e teses defendidas a partir de 2019, em Programas de Pós-graduação situados no Brasil? A pesquisa desenvolve-se com trabalhos científicos que se encontram no período de 2019 a 2023.

Em decorrência da problemática investigativa, o objetivo geral do estudo é: Investigar as abordagens teóricas relativas ao ensino e à aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio apresentadas pelos autores de dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação situados no Brasil na perspectiva da identificação de desafios e possíveis caminhos para o ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio.

Os objetivos específicos são:

- a) Mapear as dissertações e teses defendidas em Programas de Pós- graduação situados no Brasil cujo foco investigativo seja o ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio no período de 2019 á 2023;
- b) Descrever as abordagens teóricas sobre o ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio apresentadas pelos autores de dissertações e teses selecionadas;
- c) Identificar os desafios e possíveis alternativas para o ensino e a aprendizagem de língua inglesa no ensino médio a partir das pesquisas selecionadas.

3 O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ensino Médio no Brasil, devido a consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as transformações na produção de bens, serviços e conhecimentos, vem exigindo que as escolas possam capacitar os alunos a integrarem no mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

A educação no Brasil é uma temática garantida por lei. É importante refletir a respeito desse direito à educação na Constituição Federal de 1988, como benefício que todas as pessoas podem exigir do Estado, a prática educativa como direito fundamental a todo cidadão brasileiro. O documento legal ficou conhecido como “Constituição Cidadã”, denominada dessa forma pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. A normativa constitucional apresentava o preceito de que todos os brasileiros têm direito à educação, destacando a preferência pelo Ensino Fundamental, devendo ser primordialmente de graça. Estabeleceu:

A educação , direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento de pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, art.205).

Na sequência, o artigo 26 da Constituição da Constituição Federal de 1988 não apresenta em sua essência apenas o acesso à escola, mas o pleno desenvolvimento das pessoas a partir da educação, o que remete a pertinência de uma educação de qualidade. Assim o artigo 26, inciso VII, menciona a “(...) garantia de padrão de qualidade” do ensino, ou seja, não apenas o acesso de crianças e adolescentes á escola, mas também um ensino de qualidade. (Brasil,1988).

Nesse sentido, no mesmo dispositivo legal da Lei Suprema de 1988, estabeleceu-se alguns pressupostos por meio dos quais o direito à educação deverá ser pautado e ministrado.O Artigo 26 é um deles e garante alguns princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar; garantidos; na forma da lei; planos de carreira, com ingressos exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública , nos termos da lei federal. (Brasil, 1988).

É na apresentação do artigo 28 da Constituição Federal de 1988, que legitima a obrigatoriedade do Estado com relação á educação, que será efetivada mediante algumas

garantias, uma delas está no inciso I – educação básica obrigatória de gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que ela não tiveram acesso na idade própria, e o inciso II – progressiva universalização do ensino médio gratuito. (Brasil, 1988)

Nesse contexto, o direito à educação constitui-se uma solicitação essencial e das mais representativas para a vida do cidadão brasileiro, visando transformações e melhorias para a existência humana na sociedade. E foi a partir das especificações realizadas pela Constituição Federal de 1988 que deu origem a outras iniciativas que possam assegurar o direito à educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).

Visando os princípios estabelecidos pela LDB, o Ministério da Educação elaborou o perfil para o currículo do ensino médio, apoiando-se em competências básicas para a iniciação dos jovens na vida adulta. Buscou-se dar um significado ao conhecimento no âmbito escolar, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender dos jovens brasileiros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que o Ensino Médio é a “etapa final da educação básica” (Art.36), o que contribui para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos” (Art.35, incisos I a IV). O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, alinhada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão.

3.1 O ensino médio nos dispositivos legais

A escola precisa se organizar e se preparar para receber os jovens estudantes que alcançam o ensino médio, promovendo de maneira permanente e eficaz o respeito à pessoa humana, juntamente com todos os direitos que a mesma possui. O ensino médio oferece aos estudantes um processo de escolarização através do currículo, permitindo a eles, além de uma formação em seus estudos e preparo para o trabalho, escolhas de estilos de vida saudáveis,

sustentáveis e éticos. O ensino médio assegura às jovens experiências, de acordo com suas histórias e vivências, que possam lhe proporcionar aprendizagens necessárias para se fazer uma leitura da realidade, desafiando novos caminhos e decisões éticas e fundamentadas. A investigação no campo político, social, ambiental e cultural estimula o jovem a buscar resolver questões dentro de um contexto atual e a se questionar a respeito de novas questões.

Para que haja um entendimento melhor com relação a essa abordagem, é primordial definir inicialmente o que compreende-se por Diretrizes. Elas são linhas norteadoras, orientações, guias ou rumos que definem e regulam um projeto, um caminho ou uma trajetória a ser seguida. (Da Silva, 1999, p. 13)

As diretrizes na educação são as metas e objetivos, que podem ser políticos, administrativos, sociais ou pedagógicos, a serem refletidos e praticados pelos gestores das políticas públicas da educação e gestores das instituições educacionais. As diretrizes possuem o intuito de articular a igualdade de aprendizagem, assegurando que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os estudantes, sem excluir os diversos contextos nos quais eles estão inscritos.

No que se refere às Bases, são os meios institucionais e como a funcionalidade educativa se desenvolve na área pública e na área privada, no que remete ao discernimento das competências em cada fase da ação educativa. (Da Silva, 1999, p. 13)

Assim, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é estipulada como a normativa que tem como objetivo regulamentar toda a educação brasileira. Ela está hierarquicamente abaixo da Constituição Federal de 1988 e define os princípios que norteiam as perspectivas gerais da educação brasileira. Por ter uma natureza generalista, a maioria de seus dispositivos legais precisa ser regulamentada por meio de uma normativa legal adicional. É nessas circunstâncias que as políticas públicas educacionais vão se efetivando por meio dos projetos governamentais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias para a Educação Básica, que possui o objetivo de orientar o projeto político pedagógico, o planejamento curricular de ensino, sendo um guia para os currículos e conteúdos necessários a serem ministrados em sala de aula.

O ensino médio está inserido na educação básica e tem como principal função preparar os estudantes para a cidadania e para o mercado de trabalho, a partir de uma formação ética (Santos, 2019, p. 16). Em atendimento ao inciso III do art. 35 da LDB, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acrescenta que: “É também finalidade do ensino médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da

autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 2018, p. 466)

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2017) o atual aceleramento do desenvolvimento científico e tecnológico obriga as escolas a criar um novo posicionamento de vivência e convivência com os conhecimentos que possam acompanhar esse processo acelerado. A aquisição de conhecimentos científicos se concretiza através de práticas experimentais, com contextualização relacionada aos conhecimentos da vida, em oposição a metodologias pouco ou nada ativas e consideradas sem significado para os estudantes. Estas metodologias desenvolvem uma relação expositiva e transmissivista que não apresenta aos estudantes uma situação da vida real, de fazer, de criar, de elaborar. Por outro lado, tecnologias da informação e comunicação estão em constante modificação e continuam modificando o comportamento das pessoas e essas mudanças devem ser incorporadas e analisadas pela escola para evitar uma nova forma de exclusão, a digital.

Nesse sentido é que o ensino médio precisa trabalhar, voltado para uma grande quantidade de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam devido suas condições de existência desiguais ou não, possa ampliar a possibilidade de inclusão social, permitir o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho.

De acordo com o MEC (Brasil, 2017) , a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estipulou uma mudança na estrutura do ensino médio, aumentando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e estabelecendo uma nova organização curricular, mais flexível, que possa abranger uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança possui como finalidade a garantia da oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de tentar aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, levando em consideração as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Um dos grandes desafios do Ensino Médio é se propor a organizar formas de enfrentar a diferença de qualidade que existe nos diversos sistemas educacionais, garantindo uma escola de qualidade para todos. Sem esquecer de indicar alternativas de organização curricular, de abordagem flexível, possa atender e suprir as diversidades dos sujeitos.

a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, é composta de 92 artigos que estabelecem as diretrizes e bases da educação

nacional. Essa legislação tem como objetivo definir e organizar o sistema educacional brasileiro, do ensino infantil até o ensino superior, garantindo, dessa maneira, o direito social à educação a todos os estudantes.

A Lei nº 9.394/96, define que a educação escolar brasileira está organizada em dois níveis: Educação Básica (formada pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e Educação Superior. A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, garantindo a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Esta lei abrange o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, estabelecendo que as finalidades principais dessa etapa da educação são: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aperfeiçoamento do educando como pessoa, incluindo sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, assim como a compreensão dos fundamentos científico- tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria à prática. O Ensino Médio define a concepção de trabalho e cidadania como base para a formação, qualificando enquanto Educação Básica. A formação geral do estudante relacionada aos estudos dos fundamentos científico-tecnológicos, assim como sua preparação para o mercado de trabalho, baseia-se nos princípios estéticos, éticos e políticos que regem a Constituição Federal e a LDB. São finalidades do Ensino Médio estipuladas no art. 35, da LDB:

Art. 35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando a sequência dos estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aperfeiçoamento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Brasil, 1996).

A Lei nº 13.415/2017 torna obrigatório o ensino da língua inglesa desde o 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio. Os sistemas de ensino poderão ofertar outras línguas estrangeiras se assim desejarem, preferencialmente o espanhol. A LDB, em sua parte diversificada do currículo, retoma a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira no 1º e 2º graus, que correspondem ao ensino fundamental e ensino médio. Com referência ao Ensino Médio, a LDB, no seu Art. 36, inciso III, determina que: “Será incluída uma língua estrangeira

moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição.” (Brasil, 1996, p. 107).

Com relação ao ensino de línguas estrangeiras, a LDB estabelece em seu Art. 36 que deverá ser incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, e que a mesma deverá ser escolhida pela comunidade escolar; paralelamente as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) estabelecem como meta do Ensino Médio, no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras, que os discentes deverão conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) , que assinala:

(...) estabelecer, em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum. (Brasil, LDB, 1996)

Portanto, as diretrizes asseguram a formação básica, com fundamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), definindo as competências e diretrizes para a educação brasileira. As legislações sobre a educação permitem que o educador além , de utiliza-la em seu cotidiano e de propiciar oportunidades de criar políticas públicas, também exige que os direitos dos alunos, pais, educadores e gestores sejam garantidos.

b) Diretrizes Curriculares sobre o Ensino Médio

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) asseguram o direito à qualidade da educação básica. A formação escolar é considerada primordial e indispensável para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos e políticos. A educação de qualidade proporciona ao estudante o desenvolvimento humano em condições de liberdade e dignidade, sempre respeitando e valorizando as diferenças. As Diretrizes Curriculares Nacionais definem a base nacional comum, responsável por estabelecer uma organização, desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

O Conselho Nacional de Educação, com o passar dos tempos, no intuito de assegurar a participação da sociedade na melhoria da educação nacional, buscou realizar vários estudos, debates, seminários e audiências públicas apoiadas com a participação dos sistemas de ensino, órgãos educacionais e a sociedade. Essa pesquisa resultou na atualização das diretrizes curriculares nacionais e na elaboração de novas e importantes orientações. As novas diretrizes têm como objetivo promover o aperfeiçoamento da educação nacional, atendendo as novas

demandas educacionais, ocasionadas pelas transformações sociais e econômicas e pelo conhecimento acelerado. Sendo assim, além das Diretrizes Gerais correspondente a Educação Básica e suas etapas, integram também as resoluções da diretrizes para a Educação no Campo, a Educação Indígena, A Quilombola, a Educação Especial, para a Educação de Jovens e Adultos em Situação de privação de Liberdade nos estabelecimentos penais, e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Estão presentes as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

É expectativa que estas diretrizes possam se constituir num documento orientador dos sistemas de ensino e das escolas e que possam oferecer aos professores indicativos para a estruturação de um currículo para o Ensino Médio que atenda às expectativas de uma escola de qualidade que garanta o acesso, a permanência e o sucesso no processo de aprendizagem e constituição da cidadania. Desse modo, o grande desafio parecer consiste na incorporação das grandes mudanças em curso na sociedade contemporânea, nas políticas educacionais brasileiras e em constituir um documento que sugira procedimentos que permitam a revisão do trabalho das escolas e dos sistemas de ensino, no sentido de garantir o direito à educação, o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, com a melhoria da qualidade da educação para todos, chamando atenção para:

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (Parecer CNE/CEB nº 5/201152; ênfases adicionadas).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio definem uma política pública educacional para o Ensino Médio, etapa marcada por várias reformulações em sua organização, estrutura, objetivos e currículo.

c) Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é definida como um conjunto de orientações que norteiam a (re)elaboração dos currículos de referência das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base corresponde aos conhecimentos essenciais, as competências, habilidades e as aprendizagens direcionadas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica. A BNCC tem como objetivo o aumento da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas as escolas de educação

básica, respeitando a autonomia garantida pela Constituição aos entes federados e às escolas. A carga horária da BNCC deve ter até 1800, a carga horária restante deverá ser destinada aos itinerários formativos, espaço de escolha dos estudantes. (Brasil, 2017)

Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final, após três versões, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Porém, a parte homologada do documento correspondia somente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental; a parte do Ensino Médio ainda não havia sido homologada, as discussões ainda continuaram.

Após dois dias, em 22 de dezembro de 2017, o CNE apresentou a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a qual institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

Somente em 02 de abril do ano de 2018 que o Ministério da Educação entregou ao CNE a 3ª versão da BNCC do Ensino Médio. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.

Em 02 de agosto de 2018, escolas de todo o Brasil se mobilizou para discutir e contribuir com a BNCC desta etapa da educação básica. Foram criados comitês de debates com profissionais da educação e formulários on-line foram preenchidos.

Finalmente, em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio. A partir desta data, o Brasil tem uma Base com as aprendizagens previstas para toda a Educação Básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um documento de caráter normativo, define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

A BNCC serve como uma referência para a elaboração dos currículos escolares, promovendo uma educação mais única e equitativa em todo nosso país. A BNCC abrange

diversas áreas do conhecimento, visando o desenvolvimento integral dos estudantes e a preparação para uma cidadania ativa. Durante a Educação Básica, as aprendizagens principais estabelecidas pela BNCC devem garantir aos estudantes o desenvolvimento das competências e habilidades gerais. A BNCC do Ensino Médio abrange áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, enfatizando uma abordagem interdisciplinar.

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras. (BNCC, pg.461)

A BNCC exerce uma função primordial com relação a etapa final da Educação Básica, buscando garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o Ensino Fundamental. O Ensino Médio possibilita a sequência dos estudos dirigidos a todos aqueles que almejam, atendendo as necessidades de formação geral imprescindíveis ao exercício da cidadania, ajudando na construção de aprendizagens através do ensino e desafiando os estudantes de acordo com os seus interesses individuais na sociedade.

A Lei nº 13.415/2017, traz algumas mudanças na LDB, que substituem o modelo de currículo do Ensino Médio por um modelo mais diversificado e flexível. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por seus itinerários formativos, que irão se organizar por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, de acordo com a relevância para o contexto local e suas possibilidades no sistema de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas).

Este processo exige a reorientação curricular e propostas pedagógicas imprescindíveis ao sistema de ensino e as redes escolares. Todo esse conjunto de aprendizagens que abrange a formação geral básica e itinerário formativo, atenderá as finalidades do Ensino Médio e as demandas de qualidade de formação e expectativas presentes e futuras dos alunos. Deve assegurar também, um diálogo constante com as realidades locais, que sofrem com transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas, auxiliando os alunos na capacidade de acompanhar e participar dos debates e discursos na sociedade, entendendo e questionando os argumentos que apoiam as diferentes posições.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da área de Linguagens e suas Tecnologias

busca garantir a consolidação e expandir as aprendizagens sugeridas nos componentes de Língua Portuguesa, Arte, educação Física e Língua Inglesa, garantindo os direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais. Dessa maneira, os estudantes precisam desenvolver competências e habilidades que os tornem capazes de articular conhecimentos desses componentes alinhados a situações que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral. A BNCC como conjunto de documentos e orientações oficiais, considera os fundamentos básicos de ensino e aprendizagem de linguagens essenciais na formação voltada a possibilitar a participação plena dos estudantes nas diferentes práticas socioculturais que envolvam o uso das linguagens. Pois, é no Ensino Médio que os jovens necessitam intensificar o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais; buscam ampliar e aprofundar vínculos sociais e afetivos; refletem sobre a vida, e o trabalho, se veem diante de questionamentos e escolhas sobre si próprio e seus projetos de vida, em um contexto sociocultural diverso.

No que se refere a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser reconhecida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo a função de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. (Brasil, 2018, p.483)

Durante o Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação torna o estudante capaz de explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também aumentar sua perspectiva com relação à sua vida pessoal e profissional. Permite o surgimento de possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação.

- d) Proposta Curricular da Língua Inglesa do Ensino Médio para a rede pública do Estado do Amazonas.

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), do Estado do Amazonas, apresenta uma proposta curricular e pedagógica fundamentada em estabelecer práticas pedagógicas aos professores do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, tem como base a homologação da Base Nacional Comum Curricular/ BNCC do Ensino Médio, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento de uma escola democrática, que possa garantir o acesso e a permanência dos estudantes, a qualidade do ensino e a socialização do conhecimento científico. Considera:

o “Ensino Médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade”, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei no 9.394/1996 (Brasil, 1988; 1996; 2018).

O Ensino Médio tem por finalidade o aprofundamento dos conhecimentos considerados primordiais desde o Ensino Fundamental, aumentando progressivamente a sua complexidade e contextualização ao longo dos ciclos e séries de ensino, visando o desenvolvimento das habilidades e competências durante o período de estudos para a formação integral do estudante e do cidadão.

A Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado do Amazonas compreende que os estudantes possuem suas peculiaridades e desafios, por isso estabelece um norte como propõe a BNCC e as DCNEM, para que se obtenha êxito no ensino. Todas as transformações que estão surgindo no mundo, têm afetado intensamente os jovens estudantes e seus anseios de formação, principalmente os jovens do Amazonas. Nesse sentido, o Ensino Médio precisa ser um fator acolhedor, preocupado com as expectativas de formação, garantindo a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

A organização do Referencial Curricular Amazonense é definida pelos diversos contextos e condições de ensino da rede estadual, nas escolas no Amazonas. A Área de Linguagens e Tecnologias abrange os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Língua Inglesa. O objeto de conhecimento destes componentes está voltado para as concepções interdisciplinares e transdisciplinares, fundamentais para o desenvolvimento dos estudantes, levando em consideração a diversidade regional dos estudantes do Amazonas urbanos, rurais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e imigrantes, para uma educação igualitária e satisfatória. Os componentes curriculares valorizam a interculturalidade presente, se permitindo transitar nas diversas práticas de linguagens de maneira dialógica. Assumem a responsabilidade de expandir as habilidades para acesso integral das competências gerais e específicas da área de conhecimento. A união das competências, habilidades e objetos de conhecimento viabiliza uma construção de conhecimento numa prática social direcionada para a realidade nas diferentes áreas. Essa inter-relação permite a agregação de diversos saberes presentes na sociedade sejam eles, empíricos, filosóficos e científicos.

Na rede de ensino do Amazonas, a reforma na estrutura do currículo estipula a carga horária da etapa do ensino médio para 3000h, sendo o máximo 1.800h para a Formação Geral Básica, conforme as diretrizes BNCC – Etapa Ensino Médio com um conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimentos e os respectivos Componentes Curriculares:

Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). A saber, a complementação da carga horária com o mínimo de 1.200h são compostas pela flexibilização do currículo em Itinerários Formativos (Brasil, 2018).

O entrelaçamento das competências, habilidades, objetos de conhecimentos e detalhamento do objeto viabiliza a inter-relação das áreas, visando a prática social mais conectada com a realidade nas diferentes esferas do conhecimento. Permitindo a agregação dos diferentes saberes presentes na sociedade, sejam eles empíricos, filosóficos e científicos. Dessa maneira, a área de linguagens assume um papel relevante no Ensino Médio, uma vez que as concepções abordadas estabelecem elos que consideram os novos formatos de aprender e ensinar, oportunizando aos estudantes percepções das múltiplas aprendizagens necessárias para a Inter(ação) contemporânea.

A Língua Inglesa é um componente curricular no ensino médio, necessária diante das mudanças culturais e do processo de globalização, que a tornou uma língua franca, que proporciona e facilita a comunicação nas diversas relações sociais. Na proposta curricular do Ensino Médio, a Língua Inglesa é um componente incluso na área de linguagens, se conectando com os demais componentes curriculares da área por meio de suas competências, habilidades e objetos de conhecimento, que juntos possibilitam o diálogo entre os diferentes componentes, desenvolvendo a integração da área de linguagens, considerada um dos aspectos mais relevantes.

No quadro da próxima página, demonstra-se a organização progressiva dos componentes da área de Linguagens:

Quadro 01 – Componentes da áreas de linguagens

Língua Inglesa	1ª Série	2ª Série	3ª Série
<p>As competências foram distribuídas nas três séries, respeitando a ordem de progressão da área de Linguagens. As habilidades, referentes às competências determinadas para cada série, foram distribuídas ao longo dos quatro bimestres de modo a atender a área de linguagem, e respeitando a ordem de progressão. Desta forma, ao distribuir as habilidades, certifica-se que as competências determinadas para cada série serão contempladas.</p> <p>Os campos de atuação referem-se a aos ambientes onde as linguagens atuam e se concretizam. Ao conectá-los com os objetos de conhecimento, os componentes da área de linguagens dialogam entre si, abrangendo todos os campos da vida social.</p> <p>Os objetos de conhecimentos são comuns na área e dialogam com as competências, habilidades e campos de atuação.</p> <p>O detalhamento de objetos, no componente Língua Inglesa, atende o trabalho realizado no RCA em todas suas dimensões e são organizados num conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens.</p> <p>As sugestões de atividades foram pensadas em torno de metodologias ativas, e prevê a inclusão de novas para maior engajamento dos estudantes na perspectiva de ampliação da carga horária do componente por meio de atividades e ações intra e extraescolar.</p>	<p>A progressão do componente de Língua Inglesa se dá na escolha das competências, habilidades e detalhamento do objeto.</p> <p>No decorrer das habilidades, os objetos de conhecimento foram pensados e organizados de modo dialogar com os demais componentes da área e introduzir de forma gradual e progressiva os elementos constitutivos e fundamentais da língua, iniciando por leituras adequadas ao nível e realidade da sala que servirão como meio de acesso a outros conhecimentos. Na sequência, respeitando a mesma dinâmica, os objetos apresentam o estudo aprofundado e apropriação das estruturas e funcionamento da língua, culminando no processo de remediação, produção e circulação de novos conhecimentos.</p>	<p>Nesta etapa, a escolha das habilidades se deu seguindo a lógica progressiva.</p> <p>Além da progressão proposta pelas habilidades, os objetos de conhecimento e seus respectivos detalhamentos seguem, também, alinhados na mesma perspectiva quando propõe o aprofundamento dos aspectos linguísticos das etapas anteriores e foco nas práticas de oralidade respeitando os aspectos sociais dos falantes, na análise discursiva e textual, identificando os discursos falsos e nocivos, na mobilização e utilização dos conhecimentos adquiridos, e finalmente nas criações e produções autorais de discursos e textos utilizando a Língua inglesa.</p>	<p>Na 3ª série a progressão permanece como nas séries anteriores, definidos pelas habilidades. A única alteração fica por conta da quantidade de competências que foram reduzidas devido a redução da carga horária de determinados componentes destinado a base comum curricular.</p> <p>Embora a carga seja levemente reduzida, o comprometimento progressivo sinalizado nas etapas anteriores continua evidenciados na escolha das habilidades e pelos detalhamentos dos objetos que direcionam para a prática, abrindo um maior espaço para atividades como produção, construção, criação e socialização do conhecimento.</p>

Fonte: Elaboração SEDUC-AM

Com relação às habilidades a serem desenvolvidas no ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio, focaliza a leitura, a prática escrita e a comunicação oral contextualizadas.

Outro ponto a ser considerado importante é o papel que a Língua Inglesa exerce, desenvolvendo as competências e habilidades propostas para o novo ensino médio, assim como a concretização do aprendizado nas etapas anteriores, tendo em vista que a perspectiva progressiva no processo de ensino e aprendizagem é incentivada e desenvolvida na proposta curricular do idioma.

Nesta proposta são apresentados objetos de conhecimento a serem aprofundados, permitindo ao docente, de maneira autônoma, elaborar atividades de acordo com a realidade de sala de aula. Deixa claro que o trabalho do docente é focar no desenvolvimento das competências e habilidades durante as séries, busca o sucesso do componente e da área de conhecimento também. Para ajudar nesta função, o componente de língua inglesa apresenta o objeto responsável pela conexão do componente geral da área de linguagens. Diante de tal exposição e reconhecimento, surgem novas demandas que desafiam os docentes a responderem

à altura da expectativa criada. Dessa forma, as metodologias ativas se tornam aliadas ao processo de ensino e aprendizagem, contextualizando os objetos de conhecimento para um melhor entendimento da língua franca.

De acordo com SEDUC (2023), o ensino da língua inglesa nas escolas regulares é mal interpretada quanto a sua real finalidade. Muitos docentes consideram que a educação é algo conteudista, onde o aluno é mero receptor das aulas. Passam a isolar a língua estrangeira em conteúdos apenas, deixando de lado os aspectos sociais, culturais, políticos e ideológicos encontrados em sala de aula. Esse tipo de contexto baseado somente na estrutura gramatical, sem leitura, compreensão geral e específica de textos, análise do que pode ser exposto com a realidade da sala de aula, acaba transformando o estudo em algo nada significativo, monótono, criando uma desmotivação tanto aos professores como aos educandos no Ensino Médio.

O que se pode depreender da realidade do ensino LE em nosso país, é que apesar das diversas reformas e tentativas de melhorá-lo, o que prevalece na maioria das escolas é o ensino tradicional voltado apenas para leitura e interpretação textual. (SEDUC, 2023, p.38)

Mesmo diante de um ensino que é tradicional na maioria das vezes, é fundamental que a leitura e interpretação textual em língua inglesa ocorra sob orientação do docente, para que o educando se torne capaz de reconhecer os elementos essenciais que compõem a estrutura gramatical, organizando-as para obter a compreensão e se comunicar com sucesso. Compreender o ensino da língua inglesa como parte de sua formação social e como ferramenta no seu processo de comunicação com outros povos, permite ao estudante a aquisição de uma consciência crítica como resultado do acesso aos conhecimentos de diversas culturas que se utilizam do inglês.

e) O Novo Ensino Médio e a Língua Inglesa.

O Novo Ensino Médio está trazendo alguns desafios para as escolas de ensino no Brasil. Foi necessário a elaboração de uma proposta curricular e pedagógica para direcionar elementos que irão ajudar na compreensão desses novos desafios que os educadores e educadoras irão encontrar. O Novo Ensino Médio está instituído pela Lei nº 14.945/2024, aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 31 de julho, traz uma série de mudanças estruturais para a educação brasileira, tendo como objetivo de permitir que o aprendizado se torne mais flexível e alinhado às necessidades dos estudantes.

A implementação de mudanças qualitativas dentro do processo de aprendizagem inicia-se com a ampliação da carga horária mínima anual de 800 para 1.000 horas, além da introdução dos itinerários formativos, que permitem maior personalização da trajetória escolar. Dessa

forma, a nova lei prevê no mínimo 3 mil horas considerando os três anos do ensino médio. Totalizando 200 dias letivos com 5 horas/aula por dia e mil horas por ano.

A outra mudança ocorre nos itinerários formativos, onde os estudantes passam a escolher áreas de aprofundamento de acordo com seus interesses e objetivos profissionais. Os itinerários serão divididos em cinco áreas: Linguagens e suas tecnologias(língua portuguesa, língua inglesa , artes e educação física) ; Matemática e suas tecnologias (biologia, física e química); Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (filosofia, geografia, história e sociologia) e Formação Técnica e Profissional.

O estudante, diante da nova lei, tem a possibilidade de optar por um itinerário técnico-profissional, auxiliando na conclusão do ensino médio com uma qualificação para o mercado de trabalho. A parte do currículo permanece sendo obrigatória, garantindo os conhecimentos fundamentais em português matemática e nas demais disciplinas essenciais.

Na reforma do Ensino Médio a Língua Inglesa exerce um papel de fortalecimento do ensino do idioma, tornando-o mais dinâmico e trazendo-o para uma comunicação mais real, na tentativa de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e o mundo globalizado. A BNCC estabelece que o ensino da língua inglesa esteja baseado no desenvolvimento de habilidades comunicativas : a escuta, a fala, a leitura e a escrita. Para que o aluno conclua o ensino médio com um nível de proficiência do idioma que o ajude a participar e interagir nos diferentes contextos sociais e profissionais.

O Novo Ensino Médio propõe o ensino da língua inglesa como disciplina obrigatória durante todo o ensino médio, independente do itinerário formativo escolhido pelo aluno, as outras línguas estrangeiras podem ser ofertadas, mas o inglês deve ser prioridade.

Desde a sua implementação o Novo Ensino Médio passou por revisões e debates para ajustes, incluindo propostas na sua revogação e reformulação. Porém, o objetivo não muda, continua sendo de flexibilizar a qualidade da educação e garantir que todos os estudantes possam ter acesso a uma formação sólida e equitativa. Mesmo em fase de adaptação, o seu sucesso dependerá do investimento em infraestrutura, formação dos docentes e do investimento na educação. Segue o quadro 02 para melhor compreensão:

Quadro 02 – Reforma do Ensino Médio

Como era antes da reforma	Como ficou depois da reforma
1800 horas para componentes curriculares -Ensino Regular	2.400 horas para componentes curriculares – Ensino Regular
1200 para itinerários formativos -Ensino Regular	600 horas para itinerários formativos – Ensino Regular
PORTUGUÊS E MATEMÁTICA são obrigatórios	INGLÊS, ARTES, EDUCAÇÃO FÍSICA, HUMANAS E CIÊNCIAS DA NATUREZA voltam a ser obrigatórios

1.800 horas de formação básica para o ensino técnico	2.100 horas de formação básica para o ensino técnico, sendo 300 horas para as matérias relacionadas a essa formação
1200 horas para o itinerários formativos técnicos	Até 1.200 horas para os itinerários formativos técnicos
A escola decide os itinerários formativos	Obrigatoriedade de haver pelo menos dois itinerários formativos

Fonte: Autoria própria a partir da Lei 14.945/2024.

Assim, o avanço tecnológico e a crescente demanda pelo idioma da língua inglesa no mercado de trabalho, reflete na inclusão do idioma como disciplina obrigatória, um esforço para tornar a educação mais apta às necessidades do mundo atual.

3.2 O ensino da língua inglesa

O ensino da língua inglesa ainda apresenta grandes desafios e dificuldades, tendo como principais fatores a formação dos professores e as metodologias de ensino desconectadas da realidade das práticas sociais do aluno. O professor necessita da busca por novos enfoques teóricos e metodológicos que auxiliem neste processo.

As línguas estrangeiras se fazem presentes no sistema educacional do Brasil desde meados do século XVI. Com relação à Língua Inglesa, o idioma começou a fazer parte do currículo educacional brasileiro a partir do século XIX, porque a influência da língua foi grande no cenário mundial, devido à sua necessidade na contribuição de formar cidadãos melhores preparados para atuar na sociedade e no mercado de trabalho. (Oliveira, 2021, p. 26)

Entretanto, o ensino oficial de línguas estrangeiras no Brasil iniciou-se no ano de 1837 com a inauguração do colégio Pedro II, localizado no estado do Rio de Janeiro, incluía o ensino das línguas clássicas: latim e grego, e as línguas modernas: francês, inglês e alemão, todas eram consideradas estudo obrigatório, apenas o ensino do italiano era considerado facultativo. (Oliveira, 2021, p. 26)

Somente a partir de 20 de dezembro de 1996, que foi publicada a terceira e atual versão da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, onde tornava o ensino de Língua Estrangeira Moderna a partir do ensino fundamental II. Estabelece:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja a escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (Brasil, 1996).

Com isso, o ensino da língua inglesa passou a ganhar notoriedade e reconhecimento dentro do contexto educacional do Brasil, devido ao fato do idioma ter sido escolhido para integrar o currículo da Educação Básica e compor as grades curriculares de algumas instituições de ensino.

De acordo com Leite, Oliveira e Coura (2020, p. 06), a língua inglesa é definida como uma língua franca, considerando que é um idioma usado universalmente em várias atividades comerciais e gerências políticas por vários povos de culturas e regiões diferentes. Os falantes passam a utilizar a língua franca para melhor atuar na sociedade, conhecendo e apresentando novos povos, locais, culturas, religiões e políticas. Se estabelece como um idioma funcional, que proporciona comunicação durante a prática social entre povos diferentes. O ensino da língua inglesa como franca juntamente com suas implicações pedagógicas, contribui para a formação de cidadãos atentos as necessidades do mercado de Trabalho, tornam-se críticos e conscientes de outras culturas. O inglês foi escolhido como língua franca do mundo globalizado devido ao seu grande desenvolvimento no mundo capitalista globalizado, como chama atenção Ortiz (2006):

Uma língua não se torna global por causa de suas propriedades estruturais, pelo tamanho de seu vocabulário, por ser veículo de uma grande literatura do passado, ou por ter sido associada a uma grande cultura ou religião, uma língua torna-se internacional por uma razão maior: o poder político de seu povo – especialmente seu poderio militar (Ortiz, 2006, p. 24).

A escola como ambiente que exerce uma responsabilidade na formação da cidadania e desenvolvimento de ensino, se preocupou em preparar seus estudantes nas diversas situações e implicações exigidas na atualidade do mundo globalizado. A LDB N° 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determina em seu artigo 1° que a educação alcance os processos formativos que se desenvolvem durante a vida familiar, no convívio humano, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Incluindo o §1° que estipula o desenvolvimento da educação escolar predominante por meio do ensino, em instituições culturais. E o §2° estabelece a educação escolar vinculada ao mundo do trabalho e prática social. Seguindo os princípios que regem a LDB N° 9.394/96 e as exigências atuais de qualificação profissional e da globalização, a língua inglesa tornou-se o idioma inserido na grade curricular de ensino nas instituições de educação, pois é capaz de oferecer mais possibilidades no âmbito profissional, social e cultural dos alunos.

A Base nacional Comum Curricular (BNCC) foi promulgada em 20 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017), pelo presidente na época Michel Temer, chamava a atenção nas diretrizes para a educação básica, assumindo a responsabilidade de estabelecer normativas jurídico-pedagógicas ampliando uma nova reflexão para esta etapa obrigatória na formação escolar. Apresenta normativas, com seus pressupostos teórico-epistemológico, assim como estratégias e ações de ensino e aprendizagem, através de habilidades e competências, visando uma

educação de qualidade. Ao fazer a leitura deste documento, é possível perceber a indicação para a abertura de construção e elaboração dos currículos com alcance intercultural, de modo normativo, vinculado e progressivo. Assim:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil, 2017, p. 07)

A BNCC descreve competências gerais e habilidades a serem desenvolvidas ao longo de cada etapa. Essas competências e habilidades da base nacional constituem a formação geral básica que orientam a construção dos itinerários formativos relativos a cada área. No Ensino Fundamental – Anos Finais a BNCC de língua inglesa está organizada por eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Esses eixos abordam a oralidade; a leitura e escrita, os conhecimentos linguísticos, incluindo ainda o eixo da dimensão intercultural (Brasil, 2018). Dessa forma, os objetos de conhecimento e as habilidades devem ser desenvolvidos em cada ano de escolaridade e servem como sugestão e orientação para a estruturação curricular, sem excluir as especificidades dos contextos locais. Porém, a grande quantidade de habilidades definidas para a base curricular em âmbito nacional, de certa forma pode limitar a elaboração de outras habilidades que consideram o ambiente local em que as instituições de ensino estão inseridas. (Santos, 2018, p.21)

Conforme a BNCC (Brasil, 2018), aprender compreende o direito que o aluno possui e não um dever ou apenas uma necessidade. O modo como os componentes curriculares são organizados auxilia a promover e favorecer os processos de ensino e da aprendizagem. Assim, a língua inglesa no ensino médio proporciona novas formas de construção de conhecimentos e de participação dos estudantes no mundo social e globalizado.

Nesse sentido, a BNCC (Brasil, 2018) caracteriza a língua inglesa não somente como um componente curricular, mas como uma maneira de conexão dos conteúdos com os saberes linguísticos inerentes a um idioma intercultural. É compreensível que, através de práticas pedagógicas diferenciadas, possibilitem-se aos alunos experiências vinculadas ao contexto internacional, permitindo a eles uma abertura para novas realidades, perspectivas e oportunidades do mundo globalizado na atual sociedade.

Os autores Dos Santos, Soares, Mondragón e Santos (2022, p. 20-21) em seu artigo mencionam os eixos que a língua inglesa deve compreender. O primeiro é o eixo da Oralidade, que representa os aspectos orais da língua inglesa, inclusas nas práticas de fala e de escuta das

pronúncias ligadas à elaboração de significados entre os falantes envolvidos nas interações presenciais, em conversas, debates, diálogos etc. Em segundo, encontra-se o eixo da leitura, relacionado às interações vivenciadas pelos estudantes com a escrita, com a interpretação e nas variedades textuais e seus diversos contextos sociais. Na sequência, temos o eixo da escrita, que representa as produções textuais em situações compartilhadas, interativas e individuais. O eixo de Conhecimentos Linguísticos consta do estudo lexical, gramatical, estrutural e sistêmico da língua inglesa. O último eixo é intercultural, este está relacionado ao seu status de língua franca, como idioma democrático, acessível e de alcance global.

Assim sendo, os processos de ensino e aprendizagem da língua inglesa passam a fazer parte da vida dos estudantes, permitindo o aumento do seu repertório lexical e de suas formas de comunicação. Dessa forma, infere-se a construção dessas habilidades voltadas para o ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, de práticas de internacionalização no ensino. Causando a viabilização e a democratização dos saberes sobre a língua e de sua apropriação por parte dos estudantes, podendo instrumentalizar e mobilizar os conhecimentos construídos durante esse processo.

Segundo Silva (2022, p. 7), o ensino da língua inglesa ajuda a estimular o desenvolvimento da habilidade dos alunos ao reconhecer e produzir atividades de compreensão e produção oral e escrita. O estudo do idioma direciona o estudante a ler e compreender textos literários e não-literários, como filmes, peças de teatro, música etc., concedendo a ele a capacidade de traduzir e associar alguns termos da língua inglesa e da língua portuguesa. Além do processo de ensino, a língua inglesa usada de forma intercultural vira uma ferramenta importantíssima para desconstruir preconceitos e promover o respeito a todos, permitindo discussões multidisciplinares fundamentais para a comunicação humana.

Porém, existem alguns fatores que dificultam o ensino da língua estrangeira, como a falta ou preparo incorreto do material didático. É essencial as atividades de interação e prática linguística em sala de aula durante o ensino da língua. Para Pereira (2024, p. 45), o problema está justamente na falta de ferramentas, sobretudo as tecnológicas, que possam auxiliar em práticas melhores de ensino. O resultado satisfatório no processo de ensino e aprendizagem está relacionado ao papel que o educador exerce, o papel que a escola também possui de proporcionar e garantir um espaço adequado e seguro, além de buscar melhorias para a formação do docente, currículo, avaliações e proposta pedagógica.

3.3 A aprendizagem da língua inglesa

A aprendizagem da língua inglesa como segunda língua representa um saber importantíssimo na formação de qualquer indivíduo, diante dos desafios propostos pelas grandes transformações econômicas, culturais e históricas. Esta valorização do aprendizado da língua inglesa ocorre devido à expansão do capitalismo em sua fase de financeirização e globalização, que impõe, de maneira hegemônica, a necessidade do aprendizado da língua inglesa como condição necessária para a inserção dos sujeitos nos circuitos do Capital e do mercado de trabalho. Fazendo com que a escola busque oportunizar, ao discente, o desenvolvimento de habilidades para além do conhecimento puramente linguístico, ampliando o seu horizonte de comunicação e a percepção em diferentes contextos sociais e culturais.

A aprendizagem da Língua Inglesa permite ao estudante usar o idioma para aprofundar a compreensão sobre sua realidade de vida, permite que explore novas perspectivas de estudo, obtenha mais informações, auxilia na exposição de ideias, argumentos, opiniões e na necessidade de lidar com conflitos e críticas, além de contribuir com outras ações. Dessa maneira, o estudante desenvolve a habilidade de ampliar sua capacidade discursiva e reflexiva em diferentes áreas do conhecimento.

Naquela etapa, além dessa visão intercultural e “desterritorializada” da língua inglesa – que, em seus usos, sofre transformações oriundas das identidades plurais de seus falantes –, consideraram-se também as práticas sociais do mundo digital, com ênfase em multiletramentos. Essa perspectiva já apontava para usos cada vez mais híbridos e miscigenados do inglês, característicos da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes. (BNCC, ,pág.484)

Durante o Ensino Médio, devido a contextualização da prática de linguagem, o estudante é desafiado a explorar a multiplicidade do uso da língua inglesa na cultura digital, em casos de estudo e pesquisa, na sua vivência pessoal e profissional. Permitindo que o estudante se aproxime de outros grupos de estudantes multilíngues e multiculturais, tendo a língua inglesa como forma de integração entre ambos.

De acordo com BNCC, o aprendizado da Língua Inglesa permite a expansão dos repertórios linguísticos, multissemióticos e culturais dos estudantes, permitindo o desenvolvimento mais amplo da consciência e reflexão críticas das funções e usos do inglês na sociedade contemporânea – possibilitando a investigação com mais criticidade dos motivos pelos quais ela se tornou uma língua de uso global. Assim:

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e

transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas” (BNCC, 2018. p. 241).

No desenvolvimento da aprendizagem do inglês, os estudantes são capazes de identificar o caráter fluido, dinâmico e particular dessa língua, como também as marcas identitárias e de singularidade de seus usuários, integrando essas implicações em suas vivências com outras formas de organizar, dizer e valorizar o mundo e de construir identidades. Fatores como nível de proficiência ou domínio da língua são substituídos por noções que abrangem o universo discursivo nas práticas situadas dentro dos campos de atuação. Assim, os estudantes podem divulgar e compartilhar informações e conhecimentos por meio da língua inglesa, como também agir e posicionar-se criticamente na sociedade, em âmbito local e global.

A língua inglesa, atualmente, é oferecida em diversas situações, como: nas escolas públicas e privadas de Educação Básica, nos cursos de graduação do ensino superior, em universidades, faculdades, nas escolas de idiomas e no ambiente da internet, vem se tornando o principal meio de divulgação de informações e de aprendizado de novos conteúdos, passando a se tornar imprescindível a compreensão da metodologia e as dificuldades encontradas no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Silva (2020, p. 5), atualmente existem diversas dificuldades que norteiam os processos de ensino e aprendizagem da língua Inglesa na Educação Básica, os maiores desafios estariam nas escolas públicas, devido a grande quantidade de estudantes em sala de aula, ou ainda pelos recursos físicos escassos, além da ausência de cursos de capacitação para docentes que estão em sala de aula repassando o ensino do idioma. Esses fatores interferem e complicam o desenvolvimento de um processo de aprendizagem da língua inglesa, o que provoca dificuldades no seu ensino, ocasiona frustrações e indagações entre os professores e estudantes, impossibilitando o aprendizado eficaz e satisfatório das competências do idioma.

Em contrapartida, na maioria das escolas privadas, o ensino da língua inglesa define-se unicamente à explanação de normas gramaticais, explorando textos curtos e simples, focando apenas em conteúdos com perguntas e respostas objetivas, onde a finalidade é somente de alcançar o ingresso do estudante no ensino superior através de processos seletivos. (Silva, 2020, p. 05)

Esse pensamento negativo da realidade do ensino de inglês na educação básica, muitas

vezes, dá origem a uma grande desmotivação aos estudantes que não possuem condições financeiras de fazer a parte um curso de idioma. A língua inglesa não pode ser encarada como um privilégio de poucos e sim, uma necessidade que todo indivíduo precisa para atuar no mundo globalizado.

Na dissertação de mestrado de Szezecinski (2018, p.58), encontramos que a aprendizagem da língua inglesa exige algumas estratégias, que irão auxiliar no processo de aquisição do idioma. Essas estratégias são fundamentais para o aprendizado linguístico, pois funcionam como ferramentas para manter a ligação ativa de sua aprendizagem, ajudando no desenvolvimento das competências comunicativas. As estratégias são denominadas de “habilidades de aprendizagem” ou “habilidades de pensamento”.

Segundo Szezecinski (2018, p. 59), a utilização de estratégias durante o processo de aprendizagem da Língua Estrangeira está conectado ao alcance e proficiência da língua do aprendiz. Os alunos que usam estratégias com frequência durante a aquisição da língua inglesa usufruem de um alto nível de autoeficácia. As estratégias da memória, permitem os alunos criarem conexões entre conceitos e objetos estudados dentro da Língua Inglesa, sem ter uma total compreensão do conceito ou objeto. A estratégias sociais, existem da interação de uns com os outros durante a utilização do discurso. Está presente este tipo de estratégia em atitudes de questionar o professor para obter confirmações sobre pontos de conflito no conteúdo, na realização de alguma atividade relacionada a língua inglesa, diálogos com nativos desse mesmo idioma e no reconhecimento dos fatores que possam ser explorados culturalmente e socialmente.

Também existem as estratégias afetivas, que estão relacionadas aos sentimentos, motivações e atitudes dentro da aprendizagem. O ato de saber identificar o nível de ansiedade dentro da sala de aula, dialogar sobre sentimentos e reconhecer os méritos do aluno durante seu bom desempenho, é considerado uma estratégia afetiva. Por último, estão as estratégias de compensação ou de comunicação, que focam no uso oral da língua, apresentando características de criação de suposições do contexto de uma determinada atividade de escuta e leitura, e uso de gestos ou palavras pausadas como forma de conhecer seu contexto. (Szezecinski, 2018, p. 60)

Dessa maneira, percebe-se que as estratégias de aprendizagem que visam a língua inglesa auxiliam seus aprendizes a conhecer novas informações ao seu conhecimento pré-existente nas estruturas mentais. Conforme os alunos vão avançando nos estudos da língua inglesa, vão desenvolvendo suas próprias interpretações e formas de entendimento dentro da aprendizagem.

O reconhecimento da aprendizagem está significativamente relacionado aos conhecimentos prévios que o aprendiz traz para a sala de aula, a partir de suas vivências anteriores. O significado exposto de um conteúdo de ensino passa por um processo ativo de apoio sobre conceitos pré-estruturados na mente, condição indispensável para que um tema ou conteúdo possa ser interpretado como de relevância, de significação, e, desta forma, a aprendizagem possa ocorrer mais consistentemente.

Nessa direção, David Ausubel, psicólogo cognitivista, desenvolveu uma teoria buscando compreender os processos de aprendizagem. Ele acredita que a aprendizagem está subordinada ao esforço do aprendiz em ligar seus novos conhecimentos aos seus conhecimentos anteriores. Em seus estudos, observou que o desenvolvimento da inteligência está diretamente relacionado a processos mentais, e que para a realização de um bom trabalho pedagógico em sala de aula, é preciso que a aprendizagem ligue os novos conhecimentos transmitidos aos alunos aos conhecimentos anteriores já presentes em suas estruturas mentais. No próximo tópico, a aprendizagem significativa será melhor explanada.

3.3.1 A Aprendizagem Significativa de David Ausubel

A teoria de aprendizagem significativa de Ausubel permite uma estrutura necessária e essencial para experiências de ensino e aprendizagem. A aprendizagem significativa de Ausubel é uma abordagem educacional revolucionária desenvolvida pelo psicólogo David Ausubel no final dos anos 1960. Essa metodologia consiste em como o docente pode auxiliar seu aluno a aprender de maneira mais eficaz, utilizando-se de conhecimentos já adquiridos, agregando a novos conhecimentos, promovendo a geração de modelos mentais.

A teoria da Aprendizagem Significativa surgiu por meio de David Ausubel (1963) e acontece quando o indivíduo possui conhecimentos prévios sobre algum assunto e participa de uma atribuição de significados. Ao observar a teoria, percebe-se que a cognição é fator fundamental, pois trata-se do processo de adquirir um conhecimento com mais facilidade. (Da Silva Neto, 2023, p. 16)

O aluno precisa ter uma predisposição a aprender um determinado assunto, podendo ser algo que está relacionado com a sua vontade e consciência. Ele não necessita ter uma aptidão ou um dom, mas sim de gostar de explorar ou investigar um conhecimento por meio da iniciativa. Essas situações concretizam a realidade de se aprender conteúdos atrativos significativamente.

Segundo Costa Junior et al., (2023, p. 55), a Teoria da Aprendizagem de Ausubel possui

como base a aprendizagem significativa desenvolvida quando uma pessoa se torna capaz de fazer conexões significativas com novas informações e o conhecimento já existente. Para Ausubel, o aprendizado significativo necessita que a pessoa compreenda e utilize novas informações de forma significativa. O que a torna capaz de dar sentido à informação adquirida e aplicá-la em seu conhecimento existente.

Para Costa Junior et al., (2023, p.57), Ausubel dividiu a Teoria da Aprendizagem Significativa em três componentes: 1. Aprendizagem significativa, 2. Conhecimento prévio e inferência. Ele qualificou a aprendizagem significativa como o processo de fazer conexões significativas entre novas informações e o conhecimento existente. Denominou o Conhecimento Prévio quando uma pessoa o adquiriu através de experiências anteriores, e por último a Inferência, que foi classificada como o processo de tirar conclusões a partir da nova informação. De acordo com Ausubel (1968, p.37-38), “... conteúdo total de ideias de certo indivíduo e sua organização; ou conteúdo e organização de suas ideias em uma área particular de conhecimento.” Para ele, a aprendizagem teria o significado de organização e integração do conhecimento na estrutura cognitiva.

O psicólogo Ausubel (1968) demonstra que o aprendizado significativo ocorre quando uma pessoa consegue dar sentido à nova informação e aplicá-la a seu conhecimento existente. Assim, a pessoa precisa estar envolvida com o processo de aprendizagem, pois será capaz de analisar e assimilar as novas informações, desenvolvendo conexões significativas. O conhecimento prévio se apresenta como um processo, no qual a pessoa adquiriu certo conhecimento de experiência anterior. Este permite que o aprendiz faça conexões significativas entre novas informações e o conhecimento existente. A inferência remete ao processo de tirar conclusões a partir de novas informações. Ao combinar conhecimento prévio com novas informações, uma pessoa é capaz de fazer conexões significativas e tirar conclusões.

Dessa maneira, a Teoria de Ausubel, se utilizada em sala de aula, permite aos professores desenvolverem atividades e conteúdos que possam incentivar os alunos a fazer conexões significativas entre novas informações e conhecimentos existentes. O professor passa a permitir que o educando traga para a sala de aula suas experiências adquiridas, assimilando com as novas informações, estimulando um conhecimento significativo, que torne esse educando capaz de fazer conexões significativas através da experiência e da reflexão que ele já possui.

Portanto, a teoria de Ausubel (1968) pode ser utilizada nas aulas de Inglês, devido aos conhecimentos prévios dos alunos que podem e devem ser considerados antes de se pôr em prática o processo de aprendizagem em sala de aula.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa e classifica-se como exploratória e explicativa com base em seus objetivos gerais. Para investigar os objetivos dessa pesquisa, foi seguida a orientação bibliográfica de pesquisa acadêmico-científica.

A pesquisa bibliográfica nos remete à verificação dos dados obtidos, sempre observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras podem apresentar. Para a realização deste trabalho, foram seguidos os estudos e teorias de Antônio Carlos Gil, que apresenta etapas a serem cumpridas para uma investigação científica de obras já publicadas.

Com relação às fontes de informação, este estudo, com cunho bibliográfico, fundamenta-se em referenciais teóricos de dissertações e artigos científicos que abordam o tema do Ensino e Aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio, refletindo o ensino de inglês e a sua relação com a aprendizagem na educação básica, além de leis e documentos oficiais da área de educação que versam sobre o ensino médio e a língua inglesa.

4.1 Caracterização do estudo

A pesquisa teórica, de cunho bibliográfica, tem como temática investigativa as abordagens sobre o ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio, tendo como referência dissertações e teses defendidas no Brasil.

Segundo Gil (2002, p. 59) a pesquisa bibliográfica elabora-se durante uma série de etapas, levando-se em conta alguns fatores como a natureza do problema, o nível em que o pesquisador domina o assunto, a precisão que se pretende alcançar durante a pesquisa etc. Todas essas etapas que se desenvolvem ao longo da pesquisa compreendem a pesquisa bibliográfica. São consideradas etapas significativas para o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica: 1. escolha do tema; 2. levantamento bibliográfico preliminar; 3. formulação do problema; 4. elaboração do plano provisório de assunto e 5. Identificação das fontes (livros de leitura corrente, obras de referência, periódicos científicos, teses e dissertações).

Gil (2002, p.60) explica que a pesquisa bibliográfica possui 09 etapas, classificadas em: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório de assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto. Cada etapa sugerida por Gil (2002) exige uma leitura cuidadosa no momento da elaboração da pesquisa bibliográfica, pois cada item apresenta ao pesquisador um caminho a ser seguido na busca pelo êxito da

pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 60), o tema a ser escolhido para iniciação da pesquisa não é uma tarefa fácil, considerando que ele capacite o pesquisador a buscar informações que possam lhe ajudar durante o desenvolvimento do trabalho. É comum o pesquisador se encontrar diante de um dilema no momento da escolha do tema do trabalho, recorrendo ao professor orientador por um auxílio, onde possa o orientador ajudar na escolha de um tema de interesse do aluno pesquisador.

Na etapa seguinte, Gil (2002, p. 61) chama a atenção para o levantamento bibliográfico preliminar como um estudo exploratório, que busca oferecer uma familiaridade do aluno com área de pesquisa de estudo pelo qual ele escolheu, assim como a delimitação da mesma, tornando essencial a familiaridade para que o aluno possa formular o problema de forma clara e objetiva. Alguns fatores como a complexidade do assunto a ser abordado e o conhecimento que o estudante possui a respeito do tema influenciam no levantamento bibliográfico preliminar. É importante sempre esclarecer os principais conceitos e teorias que envolvam o tema da pesquisa para explicar melhor a respeito da pesquisa.

Gil (2002, p. 63) ressalta a importância da formulação do problema de pesquisa no levantamento bibliográfico. Considera a necessidade de uma reflexão crítica a respeito dos assuntos estudados, de tal forma que seja possível, analisar controvérsias entre os diferentes autores, identificar as abordagens teóricas capazes de fundamentar a pesquisa. Sendo essencial a discussão entre os assuntos com o orientador, com pessoas mais experientes no assunto, colegas em situações semelhantes, além dos seminários nos cursos de pós-graduação que permitem uma melhor reflexão.

Após a elaboração do problema e suas delimitações, cria-se um plano provisório, que passará por diversas reformulações ao longo do processo da pesquisa, ao final deste processo é que teremos o plano definitivo a ser elaborado no final da coleta de dados. (Gil, 2002, p. 63)

Tendo o plano de trabalho elaborado, a próxima ação está voltada para a identificação das fontes como: livros, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo e obras de referência. Essas fontes irão permitir respostas adequadas a solução do problema da pesquisa. (Gil, 2002, p.64)

Gil (2002, p.65) esclarece que nos trabalhos de pesquisa, a preferência deve ser dada as obras científicas, sem descartar as obras de gênero literário. As obras de referência também são eficientes na pesquisa, mesmo não sendo necessária sua leitura até o fim, como no caso do dicionário Aurélio, proporcionam a informação em relação ao significado do termo na sua especialidade. O uso dos periódicos científicos com o desenvolvimento e crescimento da tecnologia ao lado da internet, ajudou a divulgar as publicações eletrônicas com pesquisas

científicas. As teses e dissertações também são fontes de pesquisa muito importantes e utilizadas, mas deve-se tomar cuidado com a seleção dessas fontes para que não se perca a qualidade da pesquisa.

4.2 Constituição do *corpus* investigativo

O corpus investigativo consiste em uma seleção criteriosa de dissertações e teses acessadas por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores: 1) Língua Inglesa Ensino Médio; 2) Ensino de Língua Inglesa; 3) Aprendizagem de Língua Inglesa. Foram selecionadas pesquisas defendidas a partir de 2019, considerando que a BNCC, em 2017, trouxe mudanças significativas para a dinâmica de ensino e aprendizagem.

A pesquisa foi feita no dia 29 de agosto de 2024. Com o primeiro descritor, foram encontrados 285 trabalhos. Com o segundo descritor, foram localizados 1.199 trabalhos, divididos entre teses e dissertações. E com o último descritor foram encontrados na pesquisa 776 trabalhos, também divididos entre teses e dissertações. Uma vez feita a pesquisa na Biblioteca Digital, procedeu-se a uma primeira leitura dos títulos, eliminando-se todos aqueles que não tinham como foco o ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio. Depois desta primeira filtragem, foram selecionados 20 trabalhos, que abordam o tema a ser pesquisado, além de estarem dentro dos requisitos exigidos como o ano de publicação e a relevância significativa do tema abordado..

Como critérios de exclusão das pesquisas, foram analisados 20 trabalhos encontrados entre os anos de 2019 a 2024 na BDTD. Primeiramente, foi feita uma análise descritiva dos dados apresentados, com o intuito de identificar as teses e dissertações relevantes para este estudo. Na segunda etapa, foram identificadas as dissertações e teses, através da leitura cuidadosa destes trabalhos, com o objetivo de esclarecer o conteúdo com o propósito deste estudo. A última etapa, consiste na criação de categorias pertinentes aos dados coletados, interpretando os diversos conteúdos teóricos dos seus autores. Foi importante na seleção das dissertações e teses como exclusão ou não, a identificação de cada dissertação, como título do trabalho, o nome de seus autores, instituição e ano de publicação, assim como o conteúdo apresentado como a base de dados.

Buscando dentro deste contexto, saber qual a situação das questões que envolvem a disciplina de língua inglesa no ensino médio nas escolas, observou-se, por meio de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, quais pesquisas buscavam compreender o estudo e propor uma percepção das discussões sobre o ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio.

Após uma cuidadosa leitura dos resumos desses 20 trabalhos, procedeu-se à exclusão dos que não estavam alinhados com a problemática investigativa abordada neste estudo. Essas exclusões incluíram trabalhos que se concentravam em áreas temáticas diferentes, tais como:

- a) Ensino Médio oferecido na modalidade integrada (2 trabalhos);
- b) Ensino Médio oferecido na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (1 trabalho);
- c) políticas curriculares no Ensino Médio (1 trabalho);
- d) representações dos professores sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (1 trabalho);
- e) ensino técnico profissional (1 trabalho);
- f) ensino da Língua Inglesa em um Centro de Idiomas (1 trabalho);
- g) a relação entre proficiência em Língua Inglesa e experiências escolares anteriores (2 trabalhos);
- h) análise de uma coleção de língua inglesa para o Ensino Médio (1 trabalho).

Além disso, dois trabalhos foram excluídos por não terem seus textos integrais disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Conseqüentemente, o corpus investigativo final é composto por um total de 08 trabalhos, sendo 06 dissertações e 02 teses, conforme detalhado nos dados apresentados no quadro fornecido. Essa seleção rigorosa visa garantir que os trabalhos incluídos na análise estejam diretamente relacionados com o escopo e os objetivos específicos deste estudo, veja no Quadro 3.

Quadro 03. Constituição do *corpus* investigativo

Autor	Título/Área de concentração/ Instituição	Nível	Ano
BEZERRA, Selma Silva	Um estudo autoetnográfico em aulas de língua Inglesa no ensino médio: reflexões sobre (de)colonialidades, prática docente e letramento crítico.	Tese	2019
CAMPOS, Ana Raquel Fialho Ferreira.	O Ensino de Inglês como língua franca: perspectivas docentes em contexto.	Dissertação	2019
CALDAS, Adriane Balzarette.	O desafio da educação para a cidadania no contexto das práticas de ensino por meio da língua inglesa.	Dissertação	2022
SILVA, Márcio lima Barros da.	O ensino da habilidade de fala da Língua Inglesa: possibilidades da abordagem lexical no Ensino Médio Integrado.	Dissertação	2021

SANTOS, Daiana Sales de Freitas.	A disciplina de Língua Inglesa no Ensino Médio Integrado: perspectivas de desenvolvimento de uma consciência intercultural crítica.	Dissertação	2019
MULIK, Katia Bruginski	Letramentos (auto) críticos no ensino de língua inglesa no ensino médio: uma pesquisa autoetnográfica.	Tese	2021
OLIVEIRA, Luiza de Almeida	Ambiente virtual de aprendizagem de língua inglesa: formando alunos autônomos no ensino médio.	Dissertação	2021
SANTOS, Alessandra Elisabeth dos	Representações de professoras de inglês sobre tecnologias e sua relação com a prática docente.	Dissertação	2020

Fonte: Elaborado pela autora com base no mapeamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponível no site <https://bdttd.ibict.br/vufind/>.

Este trabalho será realizado através da análise da produção acadêmica- científica, de 08 pesquisas, sendo 06 dissertações e 2 teses. Todas abordando o ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio.

4.3 Análise de dados

Buscando alcançar os objetivos dessa pesquisa, foi seguida a orientação bibliográfica de pesquisa do tipo acadêmico-científica. Para atingir os objetivos dessa pesquisa, o estudo foi organizado prevendo as seguintes etapas: seleção das fontes de produção acadêmica, leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de dissertações e teses, seleção de dissertações pertinentes ao assunto, análise de dados e formulação de um produto final que possa contribuir com o tema pesquisado.

A coleta de dados contempla os objetivos deste trabalho. Para alcançar estes objetivos dessa pesquisa, o estudo foi analisado em etapas, incluindo o método de Bardin:

Figura 1 – Análise de conteúdo de Bardin



Fonte: Bardin (2011)

Do momento em que se iniciou a pesquisa, foram analisados os trabalhos apresentados na pesquisa atual, utilizando-se de uma leitura criteriosa, com o objetivo de identificar e excluir os trabalhos que não contemplavam a busca. Os trabalhos selecionados passaram por uma triagem com relação à organização de seus conteúdos. Com a utilização do método, foi realizada na pesquisa bibliográfica uma análise qualitativa mais eficaz, apontando os indicadores e explorando da melhor forma os trabalhos selecionados.

A partir dos resultados da pesquisa realizada, utilizando-se de Bardin (2011, p. 38), que se contempla: “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, foram elaboradas quatro categorias a serem abordadas: 1. A importância do inglês como Língua Franca; 2. O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem; 3. Aspectos culturais e interculturais da Língua Inglesa; 4. Ensino e Aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio.

Dessa forma, os dados serão analisados segundo o método da Análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). Este método, é flexível e pode ser adaptado aos diferentes tipos de conteúdo: “é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.” (Bardin, 2011, p. 36). A autora do método compara o analista de conteúdo a um arqueólogo. Ele precisa trabalhar com vestígios, nunca com a coisa dada. Ele “tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo”. (Bardin, 2011, p. 45).

O método permite trabalhar com análise documental, seguindo critérios similares aos de outros tipos de conteúdo, quais sejam: “o recorte da informação, divisão em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma condensada por indexação.” (Bardin, 2011, p. 52). Apesar de algumas diferenças na análise feita, por exemplo, do conteúdo de uma entrevista, o método é adequado para esta pesquisa que trabalha com teses e dissertações.

A análise de conteúdo se dá, segundo Bardin (2011, p. 125), em três fases: a) Pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na presente pesquisa a fase de pré-análise consistiu na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de cada um dos trabalhos encontrados, o que permitiu selecionar os que melhor correspondiam ao nosso problema de pesquisa. Essa leitura permitiu também fazer uma pré-elaboração das categorias que serão discutidas na análise que virá no próximo capítulo.

O correto seguimento das três fases é fundamental para que a análise seja feita de maneira científica.

A primeira “é a fase da organização propriamente dita” (Bardin, 2011, p. 125). Consiste basicamente em um primeiro contato com o material: a seleção dos textos, a formulação de hipóteses e objetivos e o encaminhamento dos indicadores para a interpretação final. Parte de uma “leitura flutuante” (Bardin, 2011, p. 26) para conhecer o material que se tem em mãos e selecionar aquilo que está de acordo com os objetivos da pesquisa para, em seguida, dar início aos procedimentos de formulação de hipóteses, objetivos e indicadores. Nessa etapa do trabalho, foram organizadas as principais obras entre teses e dissertações que pudessem abranger o objetivo deste trabalho. Foram selecionados a partir da pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de teses e Dissertações (BDTD), cada seleção ocorreu priorizando as palavras chaves: Língua Inglesa, Ensino, Aprendizagem e Ensino Médio.

Na segunda fase, de exploração do material, dedica-se mais tempo. Nela se faz a leitura atenta de tudo o que foi selecionado na fase anterior, fazendo a decomposição em partes cada vez menores para dialogar com os objetivos e hipóteses formuladas. Separam-se os textos em categorias de análise, que vão ajudar na fase seguinte. A etapa é fastidiosa, porque exige uma leitura muito detalhada e uma decomposição delicada em categorias, que devem ser bem pensadas, conforme descrito em Bardin (2011, p. 147). Iniciou-se a partir de horas intensas de leitura e anotações, pertinentes à investigação do material para a pesquisa. Após a leitura das seis dissertações e duas teses, surgiu a reflexão das categorias citadas anteriormente, que trazem abordagens que respondam aos objetivos deste trabalho.

A terceira fase, do tratamento dos resultados obtidos e interpretação é a fase em que, a partir da categorização, se começa a recompor o texto. Podem ser utilizadas provas estatísticas para dar mais validade ao processo. Se estabelecem relações entre as categorias selecionadas para que a interpretação e as inferências possam acontecer. Tendo passado pela primeira e segunda fase, a terceira foi o início deste trabalho. Através de etapas e normas a serem seguidas, foram interpretados e analisados todos os trabalhos abordados nesta pesquisa, de forma a estabelecer uma sequência teórica para melhor responder aos questionamentos originados para a iniciação deste trabalho.

5. CATEGORIAS SELECIONADAS

Nesta parte do trabalho, é apresentado o referencial teórico que sustenta esta pesquisa bibliográfica. Primeiramente, se abordada a importância de reconhecer a Língua Inglesa como franca. O Inglês como Língua Franca (ILF) tem como foco a comunicação em diferentes contextos e é um campo de pesquisa que nos ajuda a refletir sobre a posição que a língua inglesa ocupa no globo e como nós, do círculo em expansão (Kachru, 1992).

Na sequência, a abordagem acontece identificando o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. É fundamental refletir sobre como a relação de currículo e o cotidiano permite ao professor se movimentar e exercer seu papel social.

Logo após, segue mencionando os aspectos culturais e interculturais do idioma. Uma vez que a língua inglesa vem se tornando um dos idiomas mais utilizados em nível mundial nos tempos de globalização, se destacando em relação aos outros idiomas: ela já escapou das mãos dos ingleses, dos norte-americanos, dos australianos, dos neozelandeses, enfim, de todos aqueles que até bem pouco tempo atrás eram tidos como proprietários do idioma. (Rajagopalan, 2014, p. 76).

Por fim, uma explanação sobre ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio. Como apresentado na BNCC (Brasil, 2018), o ensino do inglês no Ensino Médio tem como papel a expansão e consolidação do conteúdo aprendido no Ensino Fundamental, de maneira reflexiva e contextualizada, garantindo que os estudantes estejam preparados para discutir e opinar entre os diversos contextos sociais.

O presente trabalho se baseia em estudos bibliográficos para conceituar e fundamentar diferentes metodologias possíveis, que visam à compreensão e possível consolidação da língua inglesa na educação básica.

5.1 A importância do Inglês como Língua Franca

A língua inglesa, ao longo dos tempos, se consagrou como uma língua franca global, assumindo um papel crucial no diálogo internacional. Este fenômeno ocorreu devido a uma combinação de fatores históricos, econômicos e tecnológicos.

O inglês, mesmo sendo considerado a terceira língua mais usada no mundo de acordo com o número de falantes, tornou-se uma língua franca devido a dois fatores: inicialmente à expansão do poder colonial britânico (país de origem do idioma) e segundo, devido ao domínio econômico e pela influência cultural dos países que se utilizam do idioma, principalmente os Estados Unidos da América (Gonçalves, 2018, p.38-39).

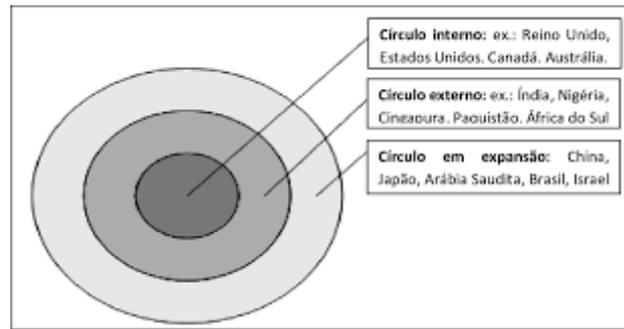
De acordo com Gonçalves (2018, p. 38-39), durante o século XV, Portugal e Espanha estavam em desbravamento pelo mundo em suas expedições colonizadoras, enquanto a Inglaterra estava empenhada em desenvolver o mercantilismo e a industrialização. Assim, além de sua expansão colonialista, a Inglaterra focou seus esforços nas relações comerciais, dando ênfase ao capitalismo, permitindo que ele ganhasse força e domínio econômico. Tornando-se natural a implantação da cultura dos colonizadores nas regiões colonizadas, ocasionado a expansão do capitalismo.

Segundo Gonçalves (2018, p.38-39), após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma grande vontade de lutar pela liberdade e independência. Mesmo tendo em seu domínio treze colônias de povoamento da América do Norte, a Inglaterra passou a sofrer um processo de descolonização. Na tentativa de conter esse processo, no ano de 1764, a Inglaterra criou leis mais rigorosas às colônias, diminuindo a autonomia delas, e gerando uma série de revoltas que resultaram na independência das colônias em 1766. A partir da independência resultou na formação da República presidencialista e federativa dos Estados Unidos da América. As colônias mantiveram interesses distintos por um tempo, o nacionalismo americano só se firmou e solidificou durante o século XIX. No século XX, o país promoveu muitas guerras com o intuito de acumular novos domínios de influência e de permanecer com antigas regiões conquistadas.

Estes fatos históricos ajudam na compreensão da razão pela qual a língua inglesa se tornou uma língua franca. Considerando a expansão inglesa, através da conquista de colônias e da hegemonia econômica norte-americana, tornou o seu idioma, o inglês, uma das línguas mais falada no mundo. A língua inglesa passou a atuar como uma ponte que conecta as pessoas ao redor do mundo, facilitando a comunicação em diversas áreas.

Para Campos (2019, p.37-38) o linguista Braj Kachru, ao criar os “círculos do inglês”, contribuiu para o reconhecimento do idioma, dando-lhe mais visibilidade, com relação à diversidade do uso da língua inglesa. O modelo de Kachru mostrou novos caminhos para a expansão da língua inglesa. Ele está dividido em três círculos: no interior encontram-se os países onde o inglês é a língua materna, como Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, etc, chamado de *inner circle* que é formado pelos falantes nativos do inglês. No círculo externo são considerados os países que possuem a língua inglesa como segunda língua devido algum motivo histórico ou cultural, como a Índia, Singapura, Nigéria, etc., chamado de *outer circle*, e é formado por países que foram colonizados pelos do *inner circle*. A última parte do círculo encontram-se os demais países do mundo que buscam aprender o inglês como língua estrangeira, como o Brasil, México, China, etc., são chamados de *expanding circle*, são falantes que procuram aprender o inglês. Pode-se observar a figura, para melhor compreensão.

Figura 2 - Círculos de Inglês



Fonte: Kachru, 1985

Esse modelo saiu de linha quando a língua inglesa passa a ser uma língua internacional, uma língua franca. Então que o linguista Rajagopalan (2005), passa a chamar a língua inglesa de *lingua mundi*, ou seja, uma língua internacional. Para ele a língua inglesa devido ao fato de circular pelo mundo, servir de comunicação entre os diversos povos do mundo hoje, não pode ser reconhecida com a língua que se fala nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Austrália ou onde quer que seja. Considerando o papel desempenhado pelo idioma, a utilização do mesmo transcende os limites geográficos, de modo a pressupor estar desvinculada do padrão britânico ou norte americano, sendo considerada uma língua internacional.

No artigo de Silva (2011, p.281), é apresentado o *World Englishes*, uma outra língua, que pertence a todos os falantes que usam a língua inglesa, e não apenas aos falantes nativos padrão. O conceito de *World Englishes* traz alguns questionamentos com relação aos falantes nativos e ao destino da língua, assim como a ideia inicial de que ser considerado proficiente em inglês, seria equivalente a falar como um nativo, chamado de *native like speaker*. Apresenta outros questionamentos à respeito aos conceitos essenciais para a indústria internacional de ensino e aprendizagem de inglês como língua estrangeira. Não seria mais primordial desenvolver a habilidade da fala como um falante nativo, tendo em vista que essa ideia orientou e orienta ainda alguns professores e estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem.

Campos (2019) desenvolveu um trabalho no qual aborda as visões do Inglês na função de Língua Franca e sua perspectiva translíngua, em uma perspectiva de interagir e sustentar práticas de ensino e aprendizagem do idioma. Neste trabalho desenvolvido por Campos (2019), a autora faz abordagens que envolvem os múltiplos usos do inglês, na medida que o mesmo se desenvolve entre as comunidades falantes ao redor do mundo. Essa expansão resultou em diversas investigações, que sugeriram novas terminologias alternativas ao Inglês, como Língua Estrangeira (ILE), Língua Global (ILG), World Englishes (WE), Inglês como Língua Internacional (ILI), Inglês como Língua Franca (ILF) e etc, cada uma com suas implicações.

Para Campos (2019, p.37) os círculos concêntricos de Kachru contribuíram para o

reconhecimento da língua inglesa de maior abrangência em sua visibilidade no mundo. O modelo permitiu que fossem divulgadas novas formas de conscientização a respeito da existência das variedades de terminologia do inglês. Os três círculos possuem a função de elucidar o crescimento da língua inglesa, mesmo que a proposta não esteja relacionada aos padrões americanos ou ingleses e sim voltados com os propósitos comunicativos de cada comunidade de prática. A concepção dos círculos internos tem sido criticada por se apresentaram como os detentores do direito de indicar o que é norma e o que está fora do padrão, prestigiando falantes nativos sobre os não nativos.

Uma reinvenção do inglês é essencial para que se possa compreender melhor com o que estamos lidando, seguindo o sentido de que se deve fugir dos discursos prontos, que elevam o inglês como idioma privilegiado. Enxergar o idioma através da perspectiva de língua franca, onde se questiona o modelo do falante reconhecido como nativo e essencialmente se reflete sobre quem seriam os responsáveis pela inteligibilidade nas interações, aquisição de uma consciência histórica da invenção das línguas, talvez seja um caminho viável para todos aqueles que estão ligados à língua inglesa. (Campos, 2019, p. 41)

Na argumentação de Pennycook (2007), não é divulgada e nem mencionada a quantidade de escolas que atuam ensinando o inglês pelo mundo, mesmo assim torna-se um idioma procurado pela maioria da população. Existe uma valorização e promessas para aqueles que não são falantes do idioma. O inglês é transmitido ao mundo como a solução para muitos problemas sociais, assim como o desemprego, acreditando que aqueles que falam inglês terão empregos garantidos, com bons salários, diferentes daqueles que não dominam o idioma.

...para aqueles que já falam inglês, o valor econômico da língua se traduz diretamente em melhores oportunidades na educação, negócios e emprego. No entanto, para os que precisam aprender inglês, particularmente os que não tem acesso a um ensino de alta qualidade, a propagação do inglês apresenta um obstáculo para a educação, emprego e outras atividades que exigem a proficiência em inglês. (Pennycook, 2007, p. 103)

Dessa maneira, o inglês considerado língua franca desempenha um papel fundamental em situações de comunicação entre os falantes de diferentes origens, envolvendo diversos recursos linguísticos. A língua inglesa na BNCC é definida como língua franca e tem o papel de mediação em práticas sociais. Esta estabelece:

Por sua vez, a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. Naquela etapa, além dessa visão intercultural e “desterritorializada” da língua inglesa – que, em seus usos, sofre transformações oriundas das identidades plurais de seus falantes –, consideraram-se também as práticas sociais do mundo digital, com ênfase em multiletramentos. Essa perspectiva já apontava para usos cada

vez mais híbridos e miscigenados do inglês, característicos da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, a relevância da língua inglesa na mediação de práticas sociais e interculturais, individuais e de grupo, orientou o início de sua aprendizagem, focalizando o processo de construção de repertórios linguísticos dos estudantes. No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação (BNCC, 2018, p 484).

É reconhecível que os documentos que remetem ao currículo do ensino médio passaram por muitas mudanças que influenciaram diretamente o ensino de línguas estrangeiras no Brasil nas últimas três décadas. Apesar de reconhecer algumas alterações positivas principalmente no que se refere a perspectivas de um ensino de línguas voltado para os conceitos críticos e interculturais, ainda há muitos impasses presentes nos textos dessas novas diretrizes. (Santos, 2018, p. 22)

Assim, compreender a língua inglesa como uma língua franca envolve muitas transformações estratégicas com relação ao trabalho dirigido desenvolvido em sala de aula, que impulsiona a formação social e individual do estudante. É fundamental ter ciência que enquanto aprendizes de uma língua estrangeira, nosso papel não se resume mais ao de consumidor, nos tornamos também produtores desta língua. Por isso, é essencial que os textos de todos esses documentos sejam discutidos amplamente durante todo o processo de formação do docente, almejando a reflexão sobre novas abordagens e práticas capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência intercultural crítica no ensino e aprendizagem da língua inglesa.

5.2 O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem

O professor em sala de aula adota um papel de mediador do conhecimento, ele auxilia ao mesmo tempo o aluno no aprendizado, como o orienta e o estimula no seu desempenho pessoal. Tornando o ato de educar um fenômeno importantíssimo e encantador, que contribui para a vida do estudante.

É de conhecimento de todos que as condições estruturais do sistema público de ensino interferem diretamente na prática do ensino da língua inglesa. Muitos são os problemas relatados por educadores, que se veem diante de situações que limitam o ensino, como: carga horária reduzida da aprendizagem do idioma; falta de recursos pedagógicos; falta de material, um espaço escolar propício ao ensino, falta de tempo para atender melhor os alunos etc. Os

professores encontram muitos desafios no dia a dia para minimizar esses problemas por meio de práticas e implementação de atividades inovadoras.

Segundo Freire (2002):

...Minha experiência vinha me ensinando que o educando precisa de se assumir como tal, mas, assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica re-conhecer... (Freire, 2002, p.23)

A Educação consiste em uma prática política e a mesma deve ser considerada pedagógica, exigindo dos educadores a compreensão de que devem desenvolver com seus alunos um projeto político de sociedade, respeitando a vivência de cada um. Para Paulo Freire, o ato de ensinar é primordial na vida de um educador. Cabendo ao educador conduzir o educando, orientando-o em sua formação, auxiliando no surgimento de desejos de libertação e mudanças para que ocorra a transformação de sua realidade. Ferire (1992), reflete considerando que o educando só passa ser capaz de ser reconhecido como tal, a partir do momento em que se permite adquirir os conteúdos transmitidos, de maneira que assimile o conteúdo desejado e não se torne apenas um depósito do que lhe é repassado.

Neste trabalho de fundamentação teórica foram abordados conceitos da teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (1963), que apresenta métodos para o professor conduzir a disciplina e, ao mesmo tempo, permite ao aluno aprender significativamente qualquer conteúdo interessante ao seu ponto de vista, bem como analisa possíveis aspectos que impedem o aprendizado significativo e algumas menções a outros projetos que foram aplicados com a teoria. Por isso, de acordo com Ausubel (1963), ao utilizar a teoria, ele ainda acrescenta que, além da forma como o professor vai mediar o conteúdo, ele precisa fazer sentido e significado para o aluno, deve-se também relacionar as novas informações com os conhecimentos prévios e realizar estratégias que utilizem as experiências e peculiaridades dos estudantes.

O professor pode usar metodologias e estratégias que sejam coerentes com determinada necessidade de se ensinar algum assunto. Tudo isso necessita de planejamento, estudo, preparo, tempo e boa vontade, mas que, uma vez realizados, os trabalhos futuros se tornarão mais simplificados nas demandas do docente. Por outro lado, a relação professor-aluno deve ser agradável para ambos, com o objetivo de eliminar possíveis receios que um aluno associe a seu professor, como alguém intimidador ou autoritário. (Da Silva Neto, 2023, p. 16)

Durante a elaboração de sua pesquisa etnográfica, a autora Bezerra (2019, p. 95) desenvolve uma reflexão voltada para a participação essencial do professor durante o ensino e

aprendizagem da língua inglesa. Esta reflexão promove o ensino da língua a partir da sua visão e desenvolvimento com o mundo ao seu redor. Enfatiza que o ensino do idioma deve ultrapassar os limites das paredes da sala de aula, desenvolvendo a prática social ou uma cidadania mais ativa.

Com isso, Bezerra (2019) defende seus direitos e deveres como educadora, elevando a sala de aula como local ideal para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, permitindo que os alunos possam criar suas participações e intervenções sociais na prática, que não fiquem somente na parte teórica de suas consciências de cidadão. Nesse sentido, o professor estabelece em sala de aula a organização e elaboração das questões sociais para serem colocadas em prática.

A função do educador é primordial na perspectiva de rompimento em direção ao conhecimento mais específico. Esse movimento é concluído através da análise crítica do objeto de ensino e a iniciação explícita de novos conteúdos, a serem utilizados criticamente a realidade individual dos estudantes. Sem a intervenção do educador, se compreende que a passagem progressiva da experiência imediata e desorganizada até o conhecimento de maneira sistematizada estaria comprometido. A boa relação na docência facilita a conduzir o processo de transformação de dados e informações em conhecimento adquirido. (Silva, 2021, p.31)

Segundo Silva (2021), o papel do educador na educação tradicional emite uma distância dos caminhos abordados pela pedagogia progressista. O professor assume a capacidade pela seleção, organização e ensino dos conteúdos sob seu direcionamento, com ênfase ao progresso da aprendizagem dos estudantes e a emancipação através do desenvolvimento do senso crítico dos estudantes. Saviani (2010, p. 56), define: “[...] processo consciente, deliberado, sistemático, pelo qual se procura dotar os homens dos conhecimentos e habilidades referentes à experiência acumulada e generalizada da sociedade por meio das relações pedagógicas historicamente determinadas”.

É importante chamar atenção para uma qualificação profissional adequada em educação, pois se torna imprescindível a prática, que leva ao aprimoramento da docência. Para Freire (2002, p. 17), “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

Neste sentido, é comum o pensamento no ensino da Língua Inglesa de que dominar o idioma deve ser o único requisito para o ensino do mesmo. Algumas seleções de docentes para o ensino do idioma privilegiam o conhecimento da língua voltado para o conhecimento pedagógico, criando assim uma forma de hierarquia entre os saberes essenciais para a boa

prática docente.

O ensino tradicional ainda se manifesta na educação brasileira, refletindo no ensino da língua inglesa por consequência. Infelizmente, esse tipo de ensino exige um caráter determinista nas funções dos sujeitos e com ou sem possibilidades de criticidade nos papéis desenvolvidos pelos professores, professoras e alunos durante o processo de ensino. Essa perspectiva apresenta, às vezes, impedimentos para a passagem do nível da racionalidade técnica para o nível da reflexão crítica, tornando bem comum as aulas sempre seguidas do mesmo conteúdo e modo, sem sequer ocorrer uma reflexão sobre a educação inovadora.

Entretanto, alguns estudantes se colocam em um posicionamento passivo em relação ao processo educativo, onde nada que o professor venha a fazer poderá contribuir para seu aprendizado. O fracasso ou sucesso deste estudante não é uma responsabilidade da capacidade do professor durante a transferência de conhecimentos. A aprendizagem do aluno é um processo diretamente ligado a três fatores: a ação do aluno, a ação do professor e a ação da escola. Quando o aluno não aprende, podemos dizer que esses três fatores devem dividir a responsabilidade.

Conforme Santos (2020, p.74-75), no cenário de uma sala de aula, onde se encontram professores, alunos, metodologias e conteúdos teóricos, estão coexistindo através de negociações, na busca por uma posição dominante. Neste sentido, o professor atua como um sujeito impactante durante a aula, divergindo de sua fala por ter discursos conflitantes. O aluno também é formado por discursos conflitantes, criando a necessidade de negociação por parte do professor.

No artigo de Salicano, Barbosa e Mariano (2021, p. 04), alguns estudantes com frequência se deparam com textos na língua inglesa, tendo dificuldades para compreender e decifrar os mesmos. Durante a aula de inglês, o professor exerce uma função primordial: mediador. O professor está ciente de que não é aquele que detém o conhecimento e que o aluno não é “um saco vazio”, à espera de ser preenchido, ele não atua mais passivamente ao receber os conteúdos em sala de aula. Mediante isso, é de extrema importância o professor saber sua função como mediador, auxiliando na interação professor-aluno, para que se alcance o entendimento e a compreensão da língua inglesa, além de elaborar estratégias metodológicas que possam colaborar no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Pulcides (2021, p. 39), na sala de aula é essencial o professor saber elaborar um ambiente onde se possa atuar com o pensamento crítico. É imprescindível a valorização do espaço onde as diferentes culturas são expostas e onde relações são construídas a partir da comunicação e linguagem. Desse modo:

A escola pode assim ter como objetivo maior oportunizar aos sujeitos, em especial alunos e professores, uma agência sobre as práticas discursivas (e assim sociais e políticas), examinando seus pressupostos, ou seja, os quadros de referência que as tornam possíveis, e suas implicações nas vidas concretas das pessoas dentro e fora da escola—e deste modo, produzindo entendimentos de como as ideologias e as práticas por elas informadas vêm a existir e como elas funcionam na sociedade, caracterizando conhecimentos e sujeitos, objetos e pessoas. Tais entendimentos, modificados e localizados, podem levar à manutenção ou transformação destas práticas, conforme o analisamos nossos espaços, nossas relações, nossas identidades, nossos contextos (Jordão, 2013 p.290).

Nessa direção, a análise da função que o professor contempla em sala de aula, vai além do simples fato de preparar o estudante para o mercado de trabalho, como reflete a LDB e BNCC, no ensino médio. O professor exerce um papel de responsável por tornar aquele aluno capaz de expandir suas interpretações, problematizações e conhecimentos na construção dos sentidos e no entendimento do lugar que ocupa socialmente.

5.3 Aspectos culturais e interculturais da Língua Inglesa.

A língua inglesa é reconhecida como um dos idiomas mais falados no mundo, passou a ser usada como uma ferramenta importantíssima para a comunicação intercultural. Essa situação permitiu que o inglês fosse visto como um meio que carrega e expressa uma grande diversidade de culturas e valores de diferentes partes do mundo. Através do idioma, se tem acesso a outras tradições, hábitos e modo de vida de pessoas que vivem em sociedades em que o inglês é usado ou é nativo.

De acordo com Santos (2019, p. 32), a expressão “intercultural” surgiu a partir da década de 1980, onde este ensino intercultural começou a ganhar notoriedade devido ao surgimento de uma perspectiva crítica na educação que trazia à discussão questões como as relações de poder, fatores econômicos e políticos, transmitido principalmente pelos estudos de Paulo Freire. O termo intercultural pode ser caracterizado pela tentativa educacional de compreender e superar conflitos entre uma cultura e outra, permitindo o diálogo entre elas.

O estudo da Língua Inglesa é mais que um aprendizado de uma língua estrangeira, é conhecer e praticar culturas de outros países; conhecer expressões idiomáticas de diferentes regiões, permitindo uma comunicação entre povos de diferentes países.

Sobre a língua inglesa, Leffa (2011, p. 342) afirma que:

[É] a língua estrangeira mais estudada no mundo. Há uma série de fatos que contribuem para isso, entre os quais podemos destacar os seguintes: (1) o inglês é falado por mais de um bilhão e meio de pessoas; (2) o inglês é a língua usada em mais de 70% das publicações científicas; (3) o inglês é a língua das organizações internacionais. A razão mais forte, no entanto, é o fato que o inglês não tem fronteiras geográficas. Enquanto que o chinês, por exemplo também é falado por mais de um bilhão de pessoas, a língua chinesa está restrita à China e alguns países vizinhos. O inglês, por outro lado, é não só declaradamente a língua oficial de 62 países, mas é

também a língua estrangeira mais falada no mundo: para cada falante nativo há dois falantes não- nativos que a usam para comunicação. O inglês é, provavelmente a única língua estrangeira que possui mais falantes não nativos do que nativos.

Isso representa um entendimento sobre as diversas construções culturais vivenciadas na contemporaneidade, onde diferentes grupos humanos com costumes, interesses, saberes linguísticos e diferentes conexões com o mundo, apoiam-se na ideia da língua inglesa como língua franca.

Os aspectos socioculturais são de extrema importância no que diz respeito ao relacionamento entre pessoas das mais diferentes culturas e comunidades linguísticas. Uma vez que aprender uma língua estrangeira não significa apenas o reconhecimento de regras gramaticais ou a aquisição de um novo vocabulário, mas o mais significativo é o de conhecer a cultura de outro povo.

Portanto, passa a ser essencial compreender o ensino da língua inglesa através de uma abordagem intercultural, tendo em vista as diversas dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa, que muitas das vezes, ocorre pelo fato do aluno não conhecer a cultura na qual o idioma está inserido, causando uma desmotivação na sua aprendizagem da língua de forma geral.

A BNCC (Brasil, 2018) apresenta a língua inglesa na categoria de língua intercultural como prioridade para sua função social, legitimando a prática de falantes do mundo inteiro e não somente dos que são considerados falantes nativos. Mediante isso, os novos alcances do ensino da língua inglesa e dos demais componentes curriculares no Brasil provêm das políticas construídas e elaboradas com base na educação de países da cultura hegemônicas.

Para Dos Santos et al. (2022, p. 26), a educação no Brasil ocorre por meio de diversos processos de internacionalização, podendo ser percebida não somente ao ser observada, mas experimentada em todo o território nacional sob forma de influência das linguagens, dos costumes e dos diferentes modos de viver dos brasileiros. Com isso, a ideia de gestão de internacionalização incluída na prática pedagógica no ensino da língua estrangeira é uma tarefa nada fácil, com relação às limitações impostas pela própria distribuição da carga horária e organização das grades curriculares na disciplina do inglês na escola. Eles refletem:

(...) o caráter formativo da língua inglesa como língua internacionalizada não restrita à falantes nativos, o letramento que deslinda a ideia de atuação, construção e reconstrução da língua tendo em conta sua funcionalidade e finalidade e o status de língua franca sustentam a estruturação de seus eixos organizadores, da oralidade, da leitura, da escrita, dos conhecimentos linguísticos, da dimensão intercultural. (Dos Santos et al, 2022, p. 25)

A BNCC (2018, p. 241) aponta o “aprender da língua inglesa como forma de

engajamento e participação no mundo social globalizado” e um meio de mobilidade formativa e profissional. Conforme isso, a escola precisa e deve buscar meios de alinhar suas práticas a essas formas de engajamento, à participação, às interações entre os sujeitos e espaços presenciais e virtuais para acessar saberes linguísticos, conduzindo as aprendizagens e a continuidade dos estudos, assim como das construções e desenvolvimento de capacidades de mobilização dos saberes.

Segundo Silva (2020, p. 08), com relação ao ensino da língua inglesa, o pensamento crítico se faz presente e assume um papel essencial na construção do aprendizado através da interculturalidade. O aluno passa a conhecer e interagir com outra cultura, sem esquecer suas experiências individuais, inibindo o pensamento mecanizado, onde é incapaz de resolver as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido:

(..) o ensino de língua estrangeira sob uma perspectiva intercultural apresenta uma ótica que valoriza as diferentes experiências e vivências dos alunos, viabilizando, assim, por meio, da interação com outros saberes, a co-construção do aprendizado. (Silva, 2019, p. 159)

Conforme a reflexão de Silva (2019), pode-se perceber a importância de um ensino a partir de uma abordagem intercultural, o estudo da língua inglesa não pode ser dissociado da cultura do seu povo. Durante o processo de ensino e aprendizagem do inglês, é essencial apresentar aos estudantes as variedades encontradas no idioma, assim como trazer às aulas temas que possam abranger as situações e questões sociais pertinentes a cada cultura. Isso permite ao aluno se conscientizar sobre a função do inglês como idioma globalizado e seus aspectos.

O cenário educacional brasileiro pede uma transformação urgente no que diz respeito ao ensino da língua inglesa na educação básica. Atualmente, o que existe é um ensino de um idioma homogêneo e padronizado, eliminando a característica heterogênea da língua. A mudança deve iniciar na sala de aula, cabendo ao professor apresentar propostas de ensino que contemplem a interculturalidade do idioma.

(...) como um espaço de aprendizagem e interação de conhecimentos, o papel da escola precisa ser mais enfático na implementação de práticas que fomentem a pluralidade da língua inglesa, promovendo, assim, uma maior integração entre o contexto escolar e as práticas diárias dos alunos, como a participação em redes sociais e/ou fóruns virtuais nos quais os mais variados falantes utilizam a língua inglesa de caráter heterogêneo para compartilhar ideias. (Silva, 2019, p. 167).

Mediante a análise, é necessário engajamento de todos aqueles envolvidos na educação para colocar em prática um ensino intercultural da língua inglesa, destinando a escola, juntamente com os docentes e discentes, buscar novas formas e métodos de integração e

realinhar o ensino do inglês a partir de um fator que valorize a diversidade cultural. Nessa direção:

Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. (Brasil, 2017, p. 246).

Assim, muitas vezes a nossa prática pedagógica carrega valores e teorias que já estão inseridos culturalmente e socialmente como corretos. Para que ocorram mudanças, deve-se permitir a aventura de experimentar novos modelos de pensar, agir e ser, e isso vai exigir uma pré-disposição para alcançar as respectivas mudanças. O processo de mudança expõe a responsabilidade de assumir riscos e a aceitação e superação do erro nem sempre são viáveis. Levar em consideração uma abordagem crítica e reflexiva da educação para a cidadania global permite tanto ao professor como aos alunos arriscarem novas formas e métodos, além da prática educacional, tornando possível a possibilidade de obter êxito na aprendizagem. (Caldas, 2022, p. 104)

Diante do contexto, a língua representa um item social da linguagem e sua função social está diretamente ligada à cultura. A língua transmite a ideologia de uma sociedade e, assim, não deve ser analisada fora de seu contexto social e de suas condições de produção.

A definição de cultura pode ocorrer de várias formas e maneiras, dependendo das diferentes tendências e aspectos epistemológicos em que ela se apresenta. Existe a necessidade de diálogo entre a relação língua-cultura, para buscar embasamentos e redefinições de novas práticas educativas no ensino de línguas estrangeiras, com o objetivo de atender às visões atuais do ensino de língua inglesa dentro da concepção de cultura. (Santos, 2019, p. 30)

Santos (2019, p. 31), através da autora Kramersch (1993), declara que a língua é cultura. A partir desse ponto, pode-se considerar que a língua expressa realidades sociais ao mesmo tempo em que as cria. Assim, os estudantes podem e devem modificar a realidade através do uso da língua. Para isso, a cultura não deve ser reconhecida como uma simples informação coberta pela linguagem. A conscientização cultural deve ser entendida como uma capacitação para a proficiência na língua e ainda como resultado da reflexão sobre essa proficiência linguística.

Dessa forma, diante de um mundo globalizado e conectado, o inglês se consolida como língua franca para comunicação internacional, permitindo a interação com todos os cantos do mundo e a circulação de informações que colaboram na construção de debates e discursos globais.

5.4 Ensino e Aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio.

O ensino e a aprendizagem de uma língua estrangeira, como o inglês, se tornaram algo necessário e imprescindível, uma vez que as mudanças e transformações sociais ocorrem de modo rápido, lado a lado com a globalização, aumentando a competitividade que existe no mercado de trabalho.

O ensino médio faz parte da educação básica e tem como função preparar os estudantes para a cidadania e para o mercado de trabalho, a partir de uma formação ética. Em atendimento ao inciso III do art. 35 da LDB, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acrescenta que: “É também finalidade do ensino médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 2018, p. 466).

O processo de aprendizagem de uma língua estrangeira envolve obrigatoriamente a percepção de que se trata da aquisição de um produto cultural complexo. Esse aprendizado, iniciado no ensino fundamental, implica o cumprimento de etapas bem delineadas que, no ensino médio, culminarão com o domínio de competências e habilidades que permitirão ao aluno utilizar esse conhecimento em múltiplas esferas de sua vida pessoal, acadêmica e profissional (Brasil, 2017, p. 93).

Os direitos de aprendizagens na etapa do Ensino Médio são consubstanciados por meio das competências gerais de acordo com o Parecer nº 15/2017 da CNE/CP2, que estabelecem os direitos de aprendizagem de toda Educação Básica e, de acordo com esta proposta curricular, se aprofundam e se consolidam também por intermédio das competências específicas da área, que em conformidade com os fundamentos pedagógicos e os fundamentos estabelecidos no interior do contexto escolar e da ação didática, guiam o desenvolvimento de aprendizagens essenciais.

De acordo com a pesquisa de Acácio (2022, p. 12), o estudo das línguas estrangeiras no Brasil iniciou-se há quase 215 anos. Por volta de 1940, a educação brasileira teve sua organização em ciclos e conteúdos educacionais. Nesse momento, as disciplinas voltadas ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras foram transferidas por diversas maneiras de compreender sua função e organização para os educandos em sala de aula. Porém, a concretização das mesmas, em políticas educacionais regulamentadas pelo Estado, ocorreu em diferentes períodos da história, onde é possível acompanhar as divergências em relação a quais línguas devem ser ensinadas, à carga horária destinada a cada uma delas, à concepção de língua e de linguagem e seus direcionamentos para com a proposta de ensino, e levando em

consideração os questionamentos e razões de ensinar língua estrangeira nas escolas brasileiras.

Para Acácio (2022, p. 13), existem diferentes pontos a serem levados em consideração ao se pensar no ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Essa é uma das razões que incentivaram as propostas educacionais nas escolas brasileiras a mudarem com o passar do tempo, modificando os aspectos voltados para o ensino da LES nas escolas brasileiras, principalmente quando são ofertadas nos anos finais da educação básica, tendo em vista que no período de 2016 a 2017, sofreu uma reforma em sua organização curricular pedagógica.

Em 1998 o Conselho Nacional de Educação incorporou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio através da resolução CEB nº03 de 26 de junho de 1998, com a intenção de direcionar os estados e municípios na elaboração de propostas curriculares, direcionando as unidades de ensino e o trabalho pedagógico.

No ano de 2012 o Conselho Nacional de Educação apresentou novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para o Ensino Médio com o intuito de conduzir a organização curricular dos sistemas de ensino e das unidades escolares. A intenção era de proporcionar ao estudante a consagração e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ainda no ensino fundamental II e assim preparar os estudantes para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania.

O estudo da língua inglesa colocado como parte importante no currículo escolar, ressalta o reconhecimento de sua significância dentro de um contexto histórico, levando em consideração o respeito e a valorização cultural. Cabe a educação a responsabilidade de promover o conhecimento da língua inglesa, estimulando a comunicação.

Silva (2021) comenta o ensino da língua inglesa utilizando da memorização descontextualizada ou de partes gramaticais desconexas, não envolve uma relação com a comunicação real dos alunos. Assume importância ensinar de modo contextualizado, considerando a frequência de uso dos itens lexicais. E incluindo a escolha pelo uso de expressões fixa e semifixas, utilizadas em uma menor variabilidade linguística, sugere maiores chances de êxito na internalização do conteúdo, ajudando a diminuir as dificuldades dos estudantes. Reflete:

A prática pedagógica tradicional, centrada unicamente no desenvolvimento da receptividade de textos escritos não se encontra sem questionamentos nem mesmo nas tendências pedagógicas produtivistas, haja vista o crescimento contemporâneo do número de escolas privadas que exploram a publicidade do rótulo de escola bilíngue. (Silva, 2021, p.16)

O professor, dessa forma, precisa ter o domínio do idioma, não excluindo a necessidade do desenvolvimento da formação teórica e metodológica, levando em

consideração os saberes docentes, como itens essenciais para a eficácia da aprendizagem, como para uma reflexão atuante no ensino da língua inglesa. Omitir ou negligenciar qualquer uma dessas situações pode ocasionar erros conceituais e metodológicos, levando a consequências naturalmente negativas para a aprendizagem.

Desse modo, para além do domínio do idioma por parte do docente, faz-se necessário o desenvolvimento de uma formação teórico-metodológica, sem a desconsideração dos saberes docentes, como condições primordiais tanto para a promoção da aprendizagem quanto para uma atuação reflexiva no ensino de Língua Inglesa. Negligenciar qualquer uma dessas dimensões pode levar a erros conceituais e metodológicos, com consequências potencialmente negativas para a aprendizagem.

A LDB (Brasil, 1996) em seu art. 26, estabelece a oferta da língua inglesa a partir do sexto ano, refletindo essa atitude dentro do contexto das escolas brasileiras, nos faz acreditar que o estudante ao chegar no ensino médio, poderia ter algum conhecimento do idioma, uma vez que seu estudo se iniciou durante o período do fundamental II. Porém, a realidade é que muitos alunos chegam ao ensino médio sem ter nenhum ou pouco conhecimento com relação à língua inglesa, ou até mesmo ocorre de nunca ter tido contato com o idioma nos anos finais da sua vida escolar.

Existem outras circunstâncias que tornam o processo de aprendizagem da língua inglesa mais complicado durante o ensino médio, como os conteúdos ministrados em sala de aula não serem direcionados a explorar o conhecimento prévio dos estudantes, como reflete a teoria de Ausubel, viabilizando novos saberes. Isso ocasiona prováveis rejeições ou bloqueios nos estudantes relacionados ao ensino e aprendizagem da língua estrangeira. Freire relata: “(...) a assimilação do objeto de estudo ocorre quando se faz uso de uma prática dialética com a realidade, onde o educando constrói o seu próprio aprendizado, contrapondo-se à educação tecnicista e alienante”. (Freire, 1992, p.21)

Freire (1992) comenta a respeito da educação que estabelece o aluno apenas como uma “caixinha de depósito”, incapaz de produzir e estabelecer conhecimento. Ele realça que o aprendizado se torna real a partir do momento que o aluno é levado a instigar seu modo de pensar e a problematizar sobre sua realidade, tornando o aluno um ser social.

Nessa direção, existe a necessidade de buscar um ensino que possa analisar as reais necessidades dos nossos alunos de ensino médio. É preciso fugir do modelo tradicional de ensino que ainda assombra a maioria de nossas escolas.

5.5 O Ensino da Língua inglesa e suas Políticas Públicas

A Língua Inglesa é reconhecida e usada como a língua global por diversos países, tanto nas áreas de negócios, tecnologia, ciência e educação. Isso faz com que o idioma necessite de políticas públicas, no intuito de contribuir para a inserção de cidadãos no mercado de trabalho, permitindo a ampliação do acesso ao conhecimento e a facilitação da comunicação intercultural.

Depois da Constituição Federal de 1988, um dos principais documentos legais a respeito da educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Lei nº 9.394/1996). O documento relata a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira a partir da 5ª série, conforme descreve o artigo 26 no ensino fundamental: “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição” (Brasil, 1996).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de oito anos. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade, e surge o nome “Ensino Fundamental de nove anos”, indicando ano e não mais a série. A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). O Ensino Fundamental de nove anos se tornou meta progressiva da educação nacional. A Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental e, por último, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010. Na prática, a expressão “Ensino Fundamental de nove anos” sofre a mudança de nomenclatura de série para ano, houve um ajuste das nomenclaturas das séries e do tempo de estudo, e a quinta série, por exemplo, passou a ser chamada de sexto ano. (Pulcides, p. 28, 2021)

No ensino médio, o documento legal é bastante similar ao do ensino fundamental. É o que cita o artigo 36: “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição”.

Em 2002, existiam os Parâmetros Curriculares Nacionais, conhecidos como os PCNs, que utilizam o termo “língua estrangeira moderna” para identificarem a língua inglesa e espanhola como idiomas a serem ensinados nas escolas. Os PCNs reconhecem a importância do estudo de uma língua estrangeira:

Sem dúvida, a aprendizagem da Língua Inglesa é fundamental no mundo moderno, porém, essa não deve ser a única possibilidade a ser oferecida ao aluno. Em contrapartida, verificou-se, nos últimos anos, um crescente interesse pelo estudo do castelhano. De igual maneira, entendemos que tampouco deva substituir-se um monopólio linguístico por outro. Se essas duas línguas são importantes num mundo globalizado, muitos são os fatores que devem ser levados em consideração no momento de escolher-se a(s) Língua(s) Estrangeira(s) que a escola ofertará aos estudantes, como podem ser as características sociais, culturais e históricas da região onde se dará esse estudo. Não se deve pensar numa espécie de unificação do ensino, mas, sim, no atendimento às diversidades, aos interesses locais e às necessidades do mercado de trabalho no qual se insere ou virá a inserir-se o aluno (Brasil, 2000, p.27).

Os PCNs não impõem um método único de ensino, mas sugerem que a abordagem seja significativa e contextualizada, ajudando os alunos a se tornarem falantes ativos da língua inglesa. Porém, apresentam alguns fatores considerados falhas com relação a formação dos professores capazes para ensinar uma língua estrangeira moderna. Seriam:

Fatores como o reduzido número de horas reservado ao estudo das línguas estrangeiras e a carência de professores com formação linguística e pedagógica, por exemplo, foram os responsáveis pela não aplicação efetiva dos textos legais. Assim, em lugar de capacitar o aluno a falar, ler e escrever em um novo idioma, as aulas de Línguas Estrangeiras Modernas nas escolas de nível médio, acabaram por assumir uma feição monótona e repetitiva que, muitas vezes, chega a desmotivar professores e alunos, ao mesmo tempo em que deixa de valorizar conteúdos relevantes à formação educacional dos estudantes. Evidentemente, não se chegou a essa situação por acaso. Além da carência de docentes com formação adequada e o fato de que, salvo exceções, a língua estrangeira predominante no currículo ser o inglês, reduziu muito o interesse pela aprendizagem de outras línguas estrangeiras e a consequente formação de professores de outros idiomas. Portanto, mesmo quando a escola manifestava o desejo de incluir a oferta de outra língua estrangeira, esbarrava na grande dificuldade de não contar com profissionais qualificados (Brasil, 2000 p.25).

Com relação ao Ensino Médio, os PCNs mencionam o ensino da língua estrangeira moderna dentro do contexto de mundo globalizado, assim como também apresentam críticas ao ensino de línguas nas escolas. O principal item da aprendizagem era a função comunicativa da língua e a utilização dos três níveis de competência: interativa, gramatical e textual. O foco do aprendizado deveria ser a função comunicativa por excelência, visando a leitura e a compreensão de textos verbais orais e escritos. (Brasil, 2002, p. 94)

Após os PCNs (2002), surgiram as Orientações Curriculares para o Ensino Médio em 2006. As propostas neste documento são mais amplas e visam a relação com a cidadania, com teorias da linguagem e as novas tecnologias. Estabelecem:

As orientações curriculares para Línguas Estrangeiras tem como objetivo: retomar a reflexão sobre a função educacional do ensino de Línguas Estrangeiras no ensino médio e ressaltar a importância dessas; reafirmar a relevância da noção de cidadania e discutir a prática dessa noção no ensino de Línguas Estrangeiras; discutir o problema da exclusão no ensino em face de valores “globalizantes” e o sentimento de inclusão frequentemente aliado ao conhecimento de Línguas Estrangeiras; introduzir as teorias sobre a linguagem e as novas tecnologias (letramentos, multiletramentos, multimodalidade, hipertexto) e dar sugestões sobre a prática do ensino de Línguas Estrangeiras por meio dessas (Brasil 2006, p.87).

As orientações Curriculares para o Ensino Médio mantêm a expressão “Línguas Estrangeiras modernas” fazendo uma referência a pluralidade de línguas que poderiam ser ofertadas no ensino escolar e não apenas a língua inglesa. Assim:

Lembramos, ainda, que nos referimos a Línguas Estrangeiras em quase todo o documento, exceto nos levantamentos que se realizaram na área de ensino de inglês e cuja atenção está voltada para o ensino dessa língua especificamente. Entendemos, assim, que as teorias apresentadas neste documento se aplicam ao ensino de outras Línguas Estrangeiras no ensino médio. Elas requerem, contudo, adaptações e ajustes em função das especificidades de cada idioma estrangeiro (Brasil, 2006 p.87).

Dessa forma, em 2018 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se apresenta como um documento normativo, expondo um conjunto de aprendizagens fundamentais para todos os estudantes desenvolverem nas etapas da Educação Básica. O Ensino Médio neste documento está dividido por áreas e o inglês se encontra na área de linguagens e suas tecnologias. Existe uma preocupação de preparar os jovens para o trabalho e cidadania e para isso a BNCC define as competências e habilidades, além de retirar a o termo língua estrangeira moderna, passando a usar somente língua inglesa.

No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação. (Brasil, 2018)

Nessa direção, a Lei 13.415/2017 apresenta a “Reforma do Ensino Médio”, de acordo com essa mudança o Inglês é obrigatório no Ensino Médio e as outras línguas estrangeiras se tornam optativas. O inglês se torna prioridade no que diz respeito à escolha de língua estrangeira e ganha o status de língua franca na BNCC (2018).

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2017)

Portanto, em um mundo cada vez mais globalizado, as políticas públicas são o caminho mais eficaz para o ensino da língua inglesa, assumindo um papel fundamental na formação de cidadãos mais preparados para os desafios do século XXI, promovendo a inclusão, o desenvolvimento econômico e realizando o intercâmbio cultural.

5.6 Os desafios do Ensino e aprendizagem da Língua Inglesa.

O início deste trabalho, desde a ideia de elaborar o tema, surgiu de muitos

questionamentos e situações vividas nas realidades da sala de aula. A proposta foi investigar as abordagens relacionadas ao ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no ensino médio. Algumas perguntas eram frequentes e frustrantes entre os alunos, quando o assunto era a disciplina de Língua Inglesa, por exemplo: Por que devo estudar Inglês? Para o que isso serve? Ou ainda comentários como: Não sei nem falar português, quanto mais inglês! Todas as vezes que era falado algo do tipo, era perceptível o incômodo dos jovens durante as aulas da disciplina nas turmas do ensino médio.

Este trabalho não apresenta uma única verdade ao refletir o ensino e a aprendizagem da língua inglesa no ensino médio, o intuito é poder mostrar a importância que o idioma carrega para o seu ensino e aprendizado na vida em sociedade. Analisando cada dissertação e tese que constam na pesquisa e descrevendo as abordagens teóricas de forma clara e coesa, o objetivo é relatar os desafios e possíveis alternativas para resolver alguns impasses que a língua sofre em sala de aula.

Atualmente, ser professor no Brasil é um desafio, uma escolha desafiadora a todo aquele que escolhe seguir com a profissão de lecionar na rede de ensino. Depois da leitura e análise de diversos trabalhos bibliográficos e também de apurar alguns relatos de autores que atuam na educação, pode-se entender que a maioria deles está sempre pontuando a questão da valorização da educação. Essa valorização inclui os professores, os estudantes, o espaço escolar, assim como todos os envolvidos no ensino educacional. O profissional da educação: o educador precisa e deve ser olhado de forma mais humana, política e social. Os alunos merecem ser respeitados com escolas organizadas, limpas, equipadas tecnologicamente, para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem; professores qualificados e bem remunerados.

O segundo fator a ser considerado são os conhecimentos prévios que o aluno carrega consigo para dentro de sala de aula, de maneira a somar com um novo conhecimento. Esse momento é reconhecido como Aprendizagem Significativa, criada por David Ausubel. A teoria também faz uma análise no papel do professor como mediador de conhecimentos em sala de aula.

O educador muitas vezes conduz os conteúdos de forma mecânica, devido ao cansaço ou por falta de tempo em preparar aulas dinâmicas. Muitos são os fatores, porém, ao agir dessa maneira, o professor faz com que os alunos assimilem o conteúdo de forma mecânica também, reproduzindo todo um processo ineficaz para o ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a importância do professor atuar como um mediador com conhecimentos que despertem o interesse dos alunos e que utilize metodologias ativas baseadas na Teoria de Aprendizagem de

David Ausubel.

É necessário tornar o processo de ensino e aprendizagem significativo para que o aluno e a escola possam refletir contra um ensino mecanicista, que não ajuda no desenvolvimento das potencialidades dos saberes. Os conteúdos de ensino que são consistentes no saber sistematizado e historicamente acumulado são instrumentos capazes de agregar conhecimento.

O grande desafio dos professores que lecionam a Língua Inglesa na educação básica é o de criar meios e situações didáticas que possam estimular o interesse de seus alunos pelos conteúdos da disciplina. Existe a negligência de garantir um ensino que procure analisar as reais necessidades dos aprendizes. Eles ressaltam que a melhor forma é fugir do modelo tradicional que ainda atua na maioria de nossas escolas públicas. Esses fatores metodológicos tradicionalistas vêm sendo questionados há muito tempo, onde não consideram relevantes os interesses e as necessidades dos alunos.

A educação no Brasil foi elaborada em bases de diversos processos de internacionalização no sentido em que pode ser, não apenas percebida através de observação, mas vivenciada em todo o território nacional com a influência das linguagens, costumes e diferentes modos de ser do brasileiro. Nessa direção, a ideia de gestão de internacionalização inclusa na prática pedagógica no ensino de língua estrangeira na educação básica exerce um papel complexo no que diz respeito às limitações exigidas pela própria distribuição da carga horária e planejamento das grades curriculares da língua inglesa como disciplina ministrada, onde os objetivos não são direcionados para o alcance do ensino e da aprendizagem do idioma. (Santos et al, 2022)

Assim sendo, a escola precisa buscar formas de definir as suas práticas e alinhar com as maneiras de participação e interação entre os estudantes e o ambiente escolar, tanto presencial como virtual, para identificar saberes linguísticos, assimilar as aprendizagens e prosseguir com os estudos visando a construção e desenvolvimento das capacidades de mobilização dos saberes. Como informa a BNCC (2018, p. 241), “aprender a língua inglesa como forma de engajamento e participação no mundo social globalizado” e como meio de mobilidade formativa e profissional.

Isso porque os saberes ajudam na ampliação dos horizontes dos alunos e auxiliam também nas oportunidades de socializações, criando novas formas de participação no mundo.

Podendo configurar como internacionalização, possibilitando seu avanço não apenas para o ensino médio, mas para as etapas da vida posteriores à educação básica.

Dessa forma, é preciso que a educação seja reconhecida de uma vez por todas como

prioridade e que haja continuidade nas políticas, e não como ocorre quando há troca de governo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, nesse período de levantamento de dados através de documentos bibliográficos, percebeu a necessidade de contextualizar o ensino de língua estrangeira em parceria com a escola, criando oportunidades de aprendizagem e de mobilização dos saberes. Para uma reflexão a respeito das abordagens do ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio, é preciso ampliar os conhecimentos relacionados às leis, normativas e diretrizes que conduzem os processos da educação.

Esta pesquisa também chama atenção para a maneira que o ensino da língua inglesa precisa considerar o contexto sócio-histórico, estrutural e cultural do país, sem esquecer de analisar e identificar as reais necessidades linguísticas dos estudantes. Tais observações e reflexões podem garantir a significância dos conteúdos de ensino da língua inglesa e a aprendizagem do idioma.

Este trabalho estabeleceu um diálogo sobre as diferentes teorias do ensino e aprendizagem da língua inglesa no ensino médio, apresentando alguns conceitos e fundamentos teóricos utilizados na educação básica em sala de aula. O processo de construção deste trabalho iniciou-se a partir de alguns questionamentos relacionados ao respeito das abordagens teóricas relativas ao ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio. Foi necessária uma investigação de autores com dissertações e teses defendidas em Programa de Pós-Graduação no Brasil com a finalidade de buscar respostas para refletir a abordagem citada anteriormente. Após essa investigação, seguiu-se para o mapeamento das dissertações e teses com abordagens e temas voltados para o ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no período do ensino médio. O segundo passo foi descrever os temas, porém seguindo o embasamento teórico, para então poder identificar os desafios e possíveis alternativas eficazes no resultado do ensino e aprendizagem do inglês na educação básica.

Foi a partir da investigação ao identificar os possíveis desafios e alternativas para alcançar êxito tanto no ensino como na aprendizagem do inglês, que surge o tema fundamental de reconhecer o papel do professor de inglês como um agente político, capaz de tornar possível a transformação necessária dentro do processo educacional. O estudo teve como temática investigativa as abordagens sobre o ensino e aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio tendo como referências as dissertações e teses defendidas no Brasil. O objetivo geral desta dissertação foi o de refletir sobre essas abordagens teóricas produzidas entre 2019 e 2023. O estudo investigativo encontrou 06 dissertações e 02 teses com abordagens dentro do contexto

científico relacionado ao ensino e a aprendizagem da Língua Inglesa no Ensino Médio. O primeiro objetivo específico desempenhou o papel de mapear as dissertações e teses publicadas entre os anos de 2019 a 2023, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O segundo objetivo específico foi descrever as abordagens teóricas. No decorrer do trabalho, foi apresentado o ensino e a aprendizagem da língua inglesa voltado para o ensino médio e suas mudanças discutidas através de leis, normativas e reconfigurações que envolvem o processo de globalização, que impulsionam os jovens a participar e interagir de maneira crítica e consciente em seu meio social. O último objetivo específico foi identificar os desafios e possíveis alternativas para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa inserido no contexto do ensino médio e como o processo de ensino e aprendizagem do idioma pode auxiliar na formação do jovem como cidadão, tornando-o mais crítico e intercultural mente consciente.

Os resultados alcançados através da revisão bibliográfica apresentam um suporte teórico de concepções críticas, políticas e interculturais que visam o ensino e a aprendizagem da língua inglesa no ensino médio. Apresentaram perspectivas de ensino que ampliam as práticas docentes, focam nas necessidades de mudanças no ensino para alcançar melhorias na aprendizagem, e trazem concepções que auxiliam na construção da identidade do aluno.

De acordo com a investigação deste trabalho, as concepções referentes ao ensino da língua inglesa para o ensino médio promovem a necessidade de debater a respeito das novas abordagens e práticas pedagógicas, além de analisar as mudanças legislativas e as novas normas referentes aos fundamentos da educação. Identificou os conceitos que possibilitam o desenvolvimento do ensino da língua inglesa de maneira mais eficaz e realista à vida dos estudantes. Apresentou a teoria de aprendizagem de Ausubel e alguns estudos científicos, que conduzem a discussões sobre a prática, metodologia e a realidade de vida do estudante, sem esquecer de analisar o papel do professor como sujeito primordial na construção e ressignificação do ensino e aprendizagem da língua inglesa.

Dessa maneira, a pergunta norteadora deste trabalho pôde ser respondida através da investigação bibliográfica da abordagem e da análise das concepções teóricas apresentadas que conduzem para uma reflexão a respeito da educação direcionada para o ensino e aprendizagem da língua inglesa na etapa do ensino médio. Essa reflexão auxilia na compreensão ao se buscar melhorias e acessibilidade para todos os envolvidos com a educação básica.

REFERÊNCIAS

ACÁCIO, Tainara Malta. **A disciplina de língua inglesa no ensino médio das escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022, 94 f.

ARAÚJO, Norma Sueli Ferreira; ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; Estado de conhecimento sobre o ensino de língua inglesa no ensino médio integrado – a práxis de um if. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 26, n. 52 2022, p. 451-473. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v26i52.3147>.

AUSUBEL, David Paul; NOVAK, Joseph Donald, HANESIAN, Helen. **Psicologia educacional.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Selma Silva. **Um estudo autoetnográfico em aulas de língua inglesa no ensino médio: reflexões sobre (de)colonialidades, prática docente e letramento crítico.** Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019, 194f.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Ano 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 jan 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 Jan 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 2016 a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/16368-ceb-2011>. Acesso em: 15 de jan.2024.

BRASIL, Constituição Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.060 de 13 de Julho de 1990.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>. Acesso em: 15 de Jan.2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **CEB nº03 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf . Acesso em: 10 de Jan. 2025

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCNs+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio.**

Parte I - Bases Legais. Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 2000.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em 10 jan.2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Volume 1. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 17 de Jan. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Plano Nacional da Educação. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 17 de Jan. 2024.

CALDAS, Adriane Balzaretto. **O desafio da educação para a cidadania global no contexto das práticas do ensino de/por meio da língua inglesa**. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022, 155f..

CAMPOS, Ana Raquel Ferreira. **O ensino de Inglês como língua franca: perspectivas docentes em contexto**. Curitiba, 2019.

COSTA JÚNIOR, João Fernando et al. Um olhar pedagógico sobre a Aprendizagem Significativa de David Ausubel. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, vol 5, p. 51–68. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/70>. Acesso em: 10 dez. 2024

DA SILVA, Eurides Brito. **A educação básica pós-LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.

DA SILVA NETO, José Azevedo. **Construção do Conhecimento a Partir da Teoria da Aprendizagem Significativa** / Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina, 2023.

DOS SANTOS, Raquel Amélia et al. Internacionalização na Educação Básica: Foco no Ensino de Língua Inglesa e a Base Nacional Comum Curricular no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 11, n. 33, p. 16–27, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7059119.

FERNANDES, Fernanda Rodrigues. **Lavando a Alma: análise do contexto de uma sala de aula de língua inglesa de escola pública sob a luz da teoria do caos/complexidade**. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010, 129f.

FERREIRA, Josuel de Souza. O Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa no Ensino Médio: Reflexões e Contribuições. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, V.13, n.47, p.163-176. 2024. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2097>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo, – **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Eloisa Fatima Figueiredo Semblano. **O ensino do inglês mediado pelas tecnologias digitais: táticas para a descolonização da língua inglesa**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, 131f.

JORDÃO, Clarissa Menezes. Desvincular o inglês do Imperialismo: hibridismo e agência no inglês como língua internacional. **Revista Versalete**. Curitiba, Vol. 1, nº1, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistaversalete.ufpr.br/edicoes/vol1-01/22-JORD%C3%83O.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

KACHRU, Braj. **World Englishes: Approaches, issues and resources**. Language Teaching, 1992, vol 25: 1-14.

KRAMSCH, Claire. **Context and culture in language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LEFFA, Vilson. **Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras**. In: LEFFA, Vilson. (Org.). O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão. Pelotas (RS): Educat, 2001, p. 333-355.

LEITE, Patrícia Mara de Carvalho Costa; OLIVEIRA, Ana Claudia Turcato; COURA, Felipe de Almeida. Inglês como língua franca, o mito da natividade e as implicações pedagógicas para o ensino/aprendizagem da língua inglesa. **Trem de Letras**, Alfenas, v. 7, n. 1, 2020, p. 1-18. Disponível em: <https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/743/979>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MULIK, Katia Bruginski. **Letramentos (auto) críticos no ensino de língua inglesa no ensino médio: uma pesquisa autoetnográfica**. Tese (Doutorado em Letras - Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, 221f.

OLIVEIRA, Luiza de Almeida. **Ambiente virtual de aprendizagem de língua inglesa: formando alunos autônomos no ensino médio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, 2021, 162f.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO (OCÉM). 2006. **Linguagens, códigos e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Conhecimentos de línguas estrangeiras, vol. 1, p. 87-123.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PENNYCOOK, Alastair. **The myth of English as an International Language**. In: MAKONI, Sinfree;PENNYCOOK, Alastair;.Desinventing and Reconstituting

Languages. Clevedon: **Multilingual Matters**, 2007. p. 90 -115.

PULCIDES, Caroline. **Ensino da língua inglesa na interface da cidade como espaço educador: reflexões a partir do estado da arte**. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias). Centro Universitário Internacional, Curitiba, 2021, 106f.

SALICANO, Alexandre dos Santos; BARBOSA, Eltongil Brandão; MARIANO, Wagner dos Santos. Uso de teorias da aprendizagem no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa na educação básica. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 31, 2021, p. 3-9. Disponível em: <https://revistas.faculdadeufacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1302/859>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, Daiane Sales de Freitas. **A disciplina de língua inglesa no ensino médio integrado: perspectivas de desenvolvimento de uma consciência intercultural crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, 2019, 152 f.

SILVA, Monise Priscila. Perspectivas e desafios do ensino da língua inglesa a partir de uma abordagem intercultural. **Babel: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, Alagoinhas, BA, v. 10, n. 2, p. 52– 64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.69969/revistababel.v.10i2.9543>

SILVA, Márcio Lima Barros da. **O ensino da habilidade de fala da Língua Inglesa: possibilidades da abordagem lexical no Ensino Médio Integrado**. Olinda, PE: O autor, 2021.

SZEZECINSKI, Antonio Filipe Maciel. **Estratégias utilizadas por adultos na aprendizagem de língua inglesa [manuscrito] : ultrapassando barreiras linguísticas**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2018.

VAN EK; Jan Ate; TRIM, John Leslie Meville (Orgs). **Across the Threshold**. Oxford: Pergamon. 1984.